



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

**Brasília - DF
Abril/2015**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2014, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

**Brasília-DF
Abril/2015**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACI	Assessor de Controle Interno
ACOM	Assessoria de Comunicação Social
AJUR	Assessoria Jurídica
APF	Administração Pública Federal
APLAM	Assessoria de Planejamento e Modernização
CCAI	Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
CGTIC	Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CISET	Secretaria de Controle Interno
COGER	Corregedoria-Geral
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CREDEN	Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DAL	Departamento de Administração e Logística
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DCI	Departamento de Contrainteligência
DCT	Departamento de Contraterrorismo
DGP	Departamento de Gestão de Pessoal
DIE	Departamento de Inteligência Estratégica
DISBIN	Departamento de Integração do SISBIN
DN	Decisão Normativa
DPDT	Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
ESINT	Escola de Inteligência
GAB	Gabinete do Diretor-Geral da ABIN
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IN	Instrução Normativa
LOA	Lei Orçamentária Anual
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU	Ouvidoria-Geral da União
OUV	Ouvidoria
PASS	Política de Atenção à Saúde do Servidor
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PJ	Pessoa Jurídica
PNPC	Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível
PPA	Plano Plurianual da União
Pronabens	Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis

RDC	Regime Diferenciado de Contratações
Relint	Relatório de Inteligência
RP	Restos a Pagar
SESGE	Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais
SIPAC	Sistema de Patrimônio, Administração e Contratos
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISAP	Sistema de Administração de Patrimônio
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência
SPOA	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro 2 – Informações sobre unidades estratégicas	12
Quadro 3 – Macroprocessos finalísticos	13
Quadro 4 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ	16
Quadro 5 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	23
Quadro 6 – Ações não previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS	27
Quadro 7 – Indicadores de desempenho institucional.....	29
Quadro 8 – Programação de despesas	30
Quadro 9 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa	31
Quadro 10 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa	31
Quadro 11 – Despesas por modalidade de contratação – créditos originários – total.....	32
Quadro 12 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total.....	33
Quadro 13 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação	34
Quadro 14 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação.....	34
Quadro 15 – Economia de recursos orçamentários	35
Quadro 16 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	36
Quadro 17 – Concessão de suprimento de fundos	37
Quadro 18 – Utilização de suprimento de fundos	37
Quadro 19 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	37
Quadro 20 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG	38
Quadro 21 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	39
Quadro 22 – Custos do pessoal	40
Quadro 23 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	43
Quadro 24 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	44
Quadro 25 – Principais sistemas computacionais	47
Quadro 26 – Contratos na área de tecnologia da informação em 2014.....	48
Quadro 27 – Aspectos da gestão ambiental	49
Quadro 28 – Cumprimento de deliberação do TCU atendida no exercício	50
Quadro 29 – Situação das recomendações do OCI que permaneceram pendentes de atendimento no exercício	51
Quadro 30 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual	9
1.2 Finalidade e competências institucionais da UJ	10
1.3 Organograma funcional	10
1.4 Macroprocessos finalísticos	12
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	14
2.1 Estrutura de governança	14
2.2 Sistema de correição.....	14
2.3 Avaliação do funcionamento dos controles internos.....	16
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	18
3.1 Canais de acesso do cidadão	18
3.2 Acesso às informações da UJ	18
3.3 Medidas relativas à acessibilidade	19
4. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	20
4.1 Planejamento da UJ	20
4.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	22
4.2.1 Ações	22
4.2.1.1 Ações – OFSS	23
4.2.1.2 Ações não previstas na LOA 2014 – restos a pagar não processados - OFSS	27
4.2.1.3 Análise situacional	28
4.3 Informações sobre outros resultados da gestão	28
4.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	29
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	30
5.1 Programação e execução das despesas	30
5.1.1 Programação das despesas	30
5.1.1.1 Análise crítica	31
5.1.2 Movimentação de créditos interna e externa	31
5.1.3 Realização da despesa	32
5.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total	32
5.1.3.2 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total.....	33
5.1.3.3 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação	34
5.1.3.4 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação	34
5.1.3.5 Análise crítica da realização da despesa	35
5.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda	35
5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	36
5.3.1 Análise crítica.....	36
5.4 Suprimento de fundos.....	36
5.4.1 Concessão de suprimento de fundos	37
5.4.2 Utilização de suprimento de fundos	37
5.4.3 Classificação dos gastos com suprimento de fundos	37
5.4.4 Análise crítica.....	38
5.5 Alimentação SIASG	38

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	39
6.1 Estrutura de pessoal da UJ	39
6.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da UJ	39
6.1.2 Custos de pessoal da UJ	40
6.1.3 Irregularidades na área de pessoal.....	41
6.1.3.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	41
6.1.3.2 Terceirização irregular de cargos	42
6.1.4 Riscos identificados na gestão de pessoas.....	42
6.1.5 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	42
6.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários.....	42
6.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância	43
6.2.2 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de carreiras e cargos.	44
6.2.3 Análise crítica dos subitens 6.2.1 e 6.2.2	44
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	45
7.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros	45
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	47
8.1 Gestão da tecnologia da informação	47
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	49
9.1 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental.....	49
10. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	50
10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	50
10.2 Tratamento de recomendações do OCI	50
10.3 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93	61
10.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93.....	61
10.3.2 Situação do cumprimento das obrigações	61
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	62
11.1 Medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas NBC aplicadas ao setor público	62
11.2 Conformidade contábil	62
11.3 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	64
CONCLUSÃO	66

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão disponibiliza informações sobre a atuação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) no exercício de 2014, com ênfase nas seguintes dimensões: estruturas de governança e de controles internos, relacionamento com a sociedade, gestão financeira e informações de natureza contábil, execução do orçamento, planejamento, gestão de pessoas, gestão patrimonial, gestão da tecnologia da informação e sustentabilidade ambiental.

A ABIN, órgão integrante da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), foi criada pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, na condição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), tendo por competência planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas na forma da legislação específica.

Em 2014 a condução das atividades de Inteligência observou as competências estabelecidas na lei de criação da ABIN, as resoluções da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) do Conselho de Governo e as diretrizes emitidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e pela Direção-Geral da Agência.

Do ponto de vista do controle externo das atividades de Inteligência, a ABIN também considerou os trabalhos da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso Nacional, cuja regulamentação foi publicada em 22 de novembro de 2013, por meio da Resolução nº 2, de 2013-CN.

Acrescente-se que, também no cumprimento das competências legais, a ABIN desenvolveu as atividades de Inteligência com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança da sociedade e do Estado brasileiro.

No que diz respeito à atuação da ABIN ao longo de 2014, destaca-se o esforço empreendido na missão de coordenar as atividades de Inteligência, em apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, principalmente quanto à realização de pesquisas para credenciamento e acesso de pessoas aos locais do evento, instalação de centros de Inteligência nos estados e na capital federal, capacitação de profissionais em Inteligência, avaliações de risco de áreas e instalações e ações visando prevenir a ocorrência de atos terroristas ou com características similares.

Em 2014, igualmente merece destaque o acompanhamento e atualização sistemática de cerca de 700 Cenários de Segurança Institucional, representados por locais ou estruturas no Distrito Federal e nas 26 unidades da Federação, que demandaram articulações e ações governamentais preventivas.

Outro aspecto relevante envolveu a participação da ABIN em operações interagências, a exemplo da Operação Ágata, na esfera do Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, tendo como objetivos o combate ao crime organizado e intensificar a presença do Estado em regiões fronteiriças, e a Operação Hiléia Pátria, de defesa do meio ambiente pelo combate ao desmatamento ilegal em áreas federais protegidas.

No contexto da proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade, cabe salientar a implementação do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) e do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens).

Também foi reforçado o acompanhamento de atos de espionagem no espaço cibernético, bem como a pesquisa e desenvolvimento de soluções baseadas em algoritmo criptográfico de Estado,

voltadas para a segurança da informação e das comunicações de órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF).

Não obstante a relevância das atividades desenvolvidas, cumpre registrar a dificuldade que a ABIN enfrentou, e enfrenta, para recompor o seu quadro de pessoal e, associado a isso, o agravamento da situação com o significativo número de servidores que passaram à inatividade nos últimos anos.

Nessa mesma ótica, não se pode desconsiderar também as limitações de ordem orçamentária, que impuseram à Agência uma disponibilidade de recursos aquém do necessário para promover a adequada modernização nas áreas de tecnologia da informação e de administração geral, a contratação de serviços especializados e a capacitação de servidores em Inteligência e em atividades de suporte.

É importante registrar que o Relatório de Gestão está estruturado de acordo com a Decisão Normativa (DN) TCU nº 127, de 15 de maio de 2013, e com a Portaria TCU nº 90, de 16 de abril de 2014. O seu conteúdo contempla 11 capítulos, a seguir descritos: 1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada (UJ); 2. Informações sobre a Governança; 3. Relacionamento com a Sociedade; 4. Planejamento da Unidade e Resultados Alcançados; 5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira; 6. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados; 7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário; 8. Gestão da Tecnologia da Informação; 9. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e da Sustentabilidade Ambiental; 10. Atendimento de Demandas de Órgão de Controle; e 11. Informações Contábeis.

Cabe mencionar que algumas informações não são apresentadas em razão da ausência de conteúdo específico ou da inaplicabilidade à realidade da ABIN. Dessa forma, não foram formalizados dados nos itens 4 (“Ambiente de Atuação”) e 13 (“Outras Informações sobre a Gestão”), previstos na Portaria TCU nº 90/2014.

Acrescente-se que, considerando as peculiaridades da atividade de Inteligência, alguns dados e informações não foram registrados por questão legal de sigilo, sob o amparo da Lei nº 9.883/1999. Ressalte-se que os conteúdos suprimidos foram mencionados na introdução dos respectivos capítulos, conforme dispõe o art. 6º da DN TCU nº 127/2013 e o art. 3º da Portaria TCU nº 90/2014.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ) – Relatório de Gestão Individual

Quadro 1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República			Código SIORG: 26
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Agência Brasileira de Inteligência			
Denominação Abreviada: ABIN			
Código SIORG: 045104	Código na LOA: 20118	Código SIAFI: 110120	
Natureza Jurídica: Administração Pública Federal	CNPJ: 01175497/0001-41		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3445-8000	(061) 3445-8680	(061) 3445-8422
E-mail: aplam@abin.gov.br			
Página na Internet: http://www.abin.gov.br			
Endereço Postal: Setor Policial Sul - SPO, Área 5, Quadra 1, Bloco “A”, Brasília-DF. CEP: 70610-905			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008; Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 037 - GSIPR/CH/ABIN, de 17 de outubro de 2008, e alterações introduzidas pela Portaria nº 030 - GSIPR/CH/ABIN, de 5 de agosto de 2009; e, Norma Administrativa nº 001 - ABIN, de 4 de agosto de 2008.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
110120	Agência Brasileira de Inteligência		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
110120		00001	

Fonte: DAL/ABIN

1.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

A ABIN foi criada pela Lei nº 9.883/1999, sendo constituída como órgão central do SISBIN, com a responsabilidade de realizar as ações de Inteligência e de Constrainteligência do País e de prestar assessoramento de alto nível à Presidente da República em assuntos de interesse nacional, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas.

São competências legais da ABIN:

I - planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;

II - planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;

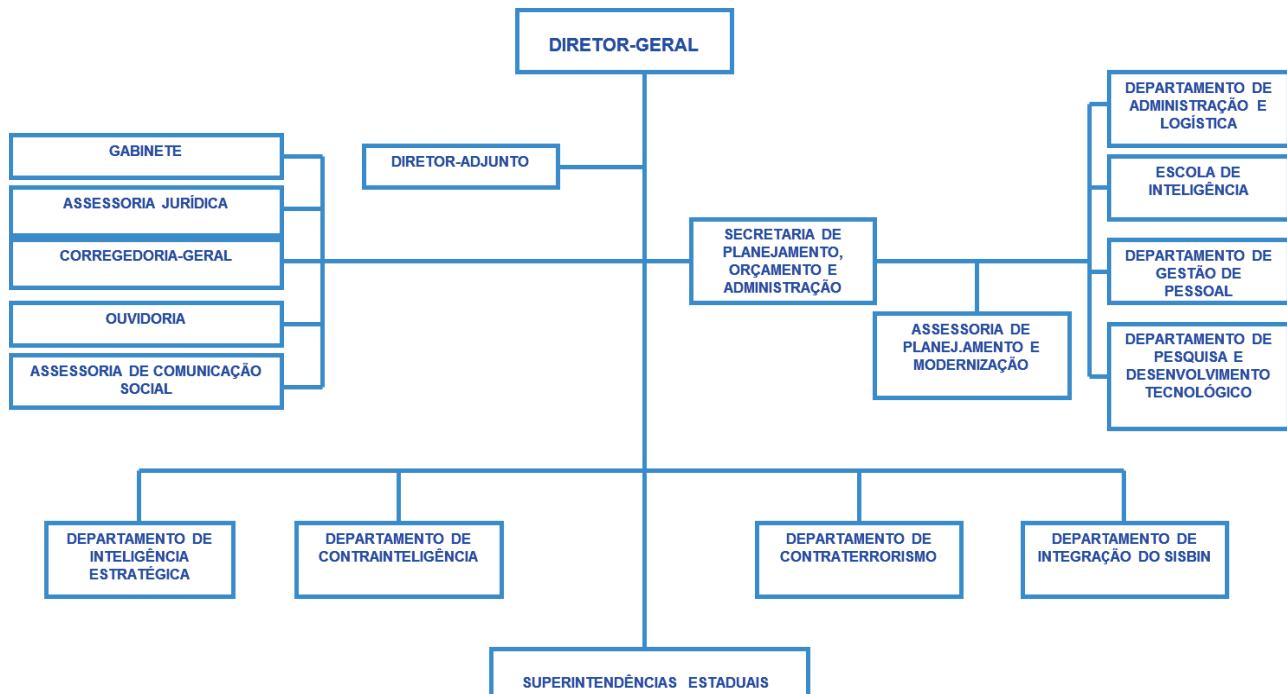
III - avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional; e

IV - promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência, e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de Inteligência.

A Agência integra a estrutura básica do GSI/PR, conforme disposto no art. 6º da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003. Mediante o Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008, teve aprovada sua estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, das gratificações de exercício em cargo de confiança e das gratificações de representação.

1.3 Organograma funcional

Conforme dispõe o Decreto nº 6.408/2008, a estrutura organizacional da ABIN é composta por órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral, órgãos específicos singulares e 26 superintendências estaduais, tipos “A” e “B”, com sede nas capitais dos Estados. Para melhor visualizar a estrutura organizacional, apresenta-se abaixo o organograma da Agência:



Fonte: ABIN

As unidades de assistência direta ao Diretor-Geral prestam assessoria administrativa e técnica e contribuem para o desenvolvimento e suporte da atividade finalística, enquanto as unidades singulares, juntamente com as superintendências estaduais, são responsáveis pela produção e proteção do conhecimento sensível e pela coordenação das atividades de Inteligência no âmbito do SISBIN.

As seguintes unidades prestam assistência direta e imediata ao Diretor-Geral:

- a) Gabinete (GAB);
- b) Assessoria de Comunicação Social (ACOM);
- c) Assessoria Jurídica (AJUR);
- d) Ouvidoria (OUV);
- e) Corregedoria-Geral (COGER); e
- f) Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA).

O Diretor-Geral também conta o apoio de um Assessor de Controle Interno (ACI), que tem a atribuição de acompanhar o atendimento das recomendações e determinações da Secretaria de Controle Interno da Presidência de República (CISET/PR) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para fins de gestão, os órgãos específicos singulares e as unidades estaduais são subordinados tecnicamente ao Diretor-Adjunto, e administrativamente ao Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração.

A SPOA é responsável pela coordenação das atividades de planejamento, orçamento, modernização organizacional, administração, capacitação em Inteligência, gestão de pessoal e desenvolvimento científico e tecnológico. As seguintes unidades são subordinadas:

- a) Assessoria de Planejamento e Modernização (APLAM), que elabora diretrizes, planos e projetos anuais;
- b) Departamento de Administração e Logística (DAL), que realiza a gestão orçamentária e administrativa;
- c) Departamento de Gestão de Pessoal (DGP), que desenvolve atividades de gestão e desenvolvimento de pessoas;
- d) Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (DPDT), que implementa planos e projetos na área de tecnologia da informação e de segurança de sistemas de informação e comunicações; e
- e) Escola de Inteligência (ESINT), que promove a capacitação em Inteligência de servidores da ABIN e de órgãos do SISBIN.

As unidades específicas e singulares são representadas na estrutura da Agência pelo Departamento de Inteligência Estratégica (DIE), Departamento de Contrainteligência (DCI), Departamento de Contraterrorismo (DCT) e Departamento de Integração do SISBIN (DISBIN). São unidades estratégicas para o desenvolvimento das competências finalísticas, descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Informações sobre unidades estratégicas

Unidades estratégicas	Competências	Cargo
DIE	I - obter dados e informações e produzir conhecimentos de inteligência sobre a situação nacional e internacional necessários para o assessoramento ao processo decisório do Poder Executivo; II - planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução das atividades de Inteligência estratégica do País; III - processar dados, informações e conhecimentos fornecidos pelos adidos civis brasileiros no exterior, adidos estrangeiros acreditados junto ao governo brasileiro e pelos serviços internacionais congêneres; e IV - implementar os planos aprovados pela ABIN.	Diretor
DCI	I - obter informações e exercer ações de salvaguarda de assuntos sensíveis e de interesse do Estado e da sociedade, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem; II - salvaguardar informações contra o acesso de pessoas ou órgãos não autorizados objetivando a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, observando os tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte ou signatária; III - coordenar, fiscalizar e administrar o Sistema de Gerenciamento de Armas e Munições da ABIN; e IV - implementar os planos aprovados pela ABIN.	Diretor
DCT	I - planejar a execução das atividades de prevenção às ações terroristas no território nacional, bem como obter informações e produzir conhecimentos sobre tais atividades; II - planejar, controlar, orientar e executar a coleta e análise de dados e informações sobre organizações terroristas; e III - implementar os planos aprovados pela ABIN.	Diretor
DISBIN	I - intercambiar dados e informações entre os membros do SISBIN, visando a aprimorar as atividades nas suas respectivas áreas de atuação; II - integrar as ações de planejamento e execução do Centro de Integração do SISBIN, em consonância com as prescrições do Plano Nacional de Inteligência; e III - secretariar e prover suporte técnico e administrativo às reuniões do Conselho Consultivo do SISBIN.	Diretor

Fonte: ABIN

1.4 Macroprocessos finalísticos

A atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN é fundamentada nos seguintes macroprocessos finalísticos: Produção de Conhecimento, Proteção de Conhecimentos Sensíveis e Coordenação do SISBIN. A sua descrição, os principais produtos, clientes e unidades responsáveis são registrados no Quadro 3.

Quadro 3 – Macroprocessos finalísticos

1. Produção de Conhecimentos			
Descrição	Produtos	Principais Clientes	Unidades responsáveis
Acompanhamento sistemático de temas de interesse da atividade de Inteligência de Estado, envolvendo o planejamento, a busca, a coleta, a análise de dados e informações e a difusão de conhecimentos com vistas a subsidiar o processo decisório nacional.	- Relatórios de Inteligência - Sínteses Diária	- Presidente da República - Ministros de Estado - Órgãos do SISBIN - Órgãos da APF	DIE DCI DCT DISBIN
2. Proteção de Conhecimentos Sensíveis			
Descrição	Produtos	Principais Clientes	Unidades responsáveis
Desenvolvimento de atividades voltadas à proteção de conhecimentos sensíveis, de instalações estratégicas e de sistemas de informação e comunicações estatais, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade.	- Relatórios de Inteligência - Ações de sensibilização - Relatórios de Análise de Risco - Soluções tecnológicas de segurança da informação e comunicações.	- Órgãos e entidades da administração pública e empresas nacionais detentores de conhecimentos sensíveis ou possuidores de infraestruturas estratégicas	DCI DPDT
3. Coordenação do SISBIN			
Descrição	Produtos	Principais Clientes	Unidades responsáveis
Intercambiar dados e informações entre os membros do SISBIN	- Relatórios de Inteligência - Dados e informações de Inteligência	- Órgãos do SISBIN	DISBIN

Fonte: ABIN

Com relação ao Quadro 3, cabe esclarecer que o DPDT é unidade de suporte à atividade de Inteligência, subordinada à SPOA, embora esteja envolvida no macroprocesso finalístico “Proteção de Conhecimentos Sensíveis”.

As atividades vinculadas aos macroprocessos têm como orientação básica as demandas (insumos) identificadas ou consignadas pela Presidência da República, resoluções da CREDEN e diretrizes e orientações emitidas pelo Ministro-Chefe do GSI/PR e Diretor-Geral da ABIN.

2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

Em razão da inaplicabilidade na ABIN, não constam neste capítulo os assuntos “Atuação da Unidade de Auditoria Interna” e “Remuneração Paga a Administradores”, correspondentes aos subitens 2.2 e 2.5 da Portaria TCU nº 90/2014, respectivamente.

2.1 Estrutura de governança

No âmbito do controle interno, a ABIN é fiscalizada pela Secretaria de Controle Interno (CISET), integrante da estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República, que realiza auditorias sobre a gestão dos recursos públicos consignados aos órgãos da Presidência da República.

Embora a Agência não tenha unidade específica de auditoria interna, o Diretor-Geral conta com a assistência do Assessor de Controle Interno, compreendendo as seguintes atividades: atualização de normas e diretrizes da APF, correspondentes aos sistemas de controle interno e externo; legitimidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos; e acompanhamento das recomendações e determinações da CISET e do TCU.

No âmbito correcional, a estrutura de governança da Agência conta com uma unidade específica para apurar irregularidades e infrações cometidas por servidores. A atuação desse segmento em 2014 será detalhada na próxima seção.

No contexto da tecnologia da informação (TI), o Diretor-Geral instituiu, por meio da Portaria nº 130/ABIN/GSIPR, de 17 de abril de 2009, o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), com o objetivo de definir políticas e diretrizes e coordenar e articular ações. Esse colegiado é formado por membros da direção da Agência, sendo presidido pelo Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração.

Compete ao CGTIC, entre outras atribuições, a proposição de projetos; o estabelecimento de diretrizes para a formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); a definição de estratégias para o planejamento da oferta de serviços por meio eletrônico para as unidades da ABIN; e a priorização das ações e investimentos.

2.2 Sistema de correição

A Corregedoria-Geral (COGER), criada pelo Decreto nº 6.408/2008, é órgão de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral, com competência estabelecida na Seção V, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 037/GSIPR, de 17 de outubro de 2008, e tem a missão de zelar pela conduta ética dos servidores da ABIN.

A COGER integra o Sistema de Correções do Poder Executivo Federal como unidade seccional, nos termos do § 3º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, com vinculação normativa à Corregedoria-Geral da União, órgão central do Sistema de Correções Ordinárias (Siscor), conforme redação dada pelo Decreto nº 7.128, de 11 de março de 2010.

Dentre suas competências regimentais, destaca-se a atuação na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente à atividade disciplinar, o controle, fiscalização e avaliação dos trabalhos das comissões de disciplina e coibição dos desvios de conduta funcional na defesa do interesse e do patrimônio públicos.

São competências da COGER:

I - receber queixas e representações sobre irregularidades e infrações cometidas por servidores em exercício na ABIN, bem como orientar as unidades da Agência sobre o assunto;

II - apurar irregularidades e infrações cometidas por servidores da ABIN;

III - designar, em articulação com os dirigentes das unidades da ABIN, os membros integrantes das comissões disciplinares;

IV - controlar, fiscalizar e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

V - submeter à decisão do Diretor-Geral os recursos impetrados contra indeferimento ou arquivamento de denúncias ou representações para instauração de procedimentos administrativos disciplinares;

VI - orientar as unidades da ABIN na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente às atividades disciplinares;

VII - articular-se com a área de segurança corporativa, visando o intercâmbio de informações relativas à conduta funcional de seus servidores;

VIII - zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor da ABIN, observando as deliberações da Comissão de Ética Pública e orientando as unidades, para garantir o exercício de conduta ética e moral condizentes com os padrões inerentes ao exercício do cargo, função ou emprego na Agência; e

IX - manter sistemática de coleta e armazenamento de dados gerenciais e, quando solicitado, fornecer informações sobre atividades desenvolvidas ou relativas à sua área de competência.

Em se tratando de procedimentos de natureza disciplinar, no exercício de 2014 foram instaurados 2 (dois) processos administrativos disciplinares (PAD), 2 (duas) sindicâncias, 3 (três) sindicâncias investigativas e 4 (quatro) investigações preliminares. Foram finalizadas 1 (uma) sindicância investigativa e 1 (uma) investigação preliminar.

De exercícios anteriores, foram decididos em 2014: 2 (dois) PADs, 2 (duas) sindicâncias, 8 (oito) sindicâncias investigativas e 2 (duas) investigações preliminares. Além disso, foram sobrestados 2 (dois) PADs.

Em razão de a ABIN não ter aderido completamente ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) da Controladoria-Geral da União (CGU) não pode ser alimentado, o que impediu a materialização dos preceitos referentes ao tema estabelecidos pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

Com vistas a solucionar o impasse, foi tentada a implementação do sistema com o uso de CPF e nome do servidor, circunstância que encontrou resistência em impedimento de ordem legal – visto que a Lei nº 9.983/1999, que institui o SISBIN e cria a ABIN, resguarda a identificação de servidores em exercício na Agência.

Não obstante, em atenção ao contido nos incisos V e VI, do art. 5º, do Decreto nº 5.480/2005, a COGER realizou com regularidade a remessa trimestral à CGU de relatórios com dados consolidados e sistematizados (nos quais os servidores são protegidos pelo uso do número de matrícula), relativos aos procedimentos disciplinares instaurados e em andamento, contendo os resultados das sindicâncias e dos processos, com a indicação das respectivas penas aplicadas.

Foi realizada inspeção correcional pela CGU, nos dias 28 e 29 de maio de 2014, para a análise da estrutura e eficiência das atividades desenvolvidas pela unidade. Na oportunidade foi destacada a adequação dos trabalhos desenvolvidos e a necessidade de esforço contínuo na capacitação dos integrantes da COGER.

Cabe ainda registrar que o Diretor-Geral da ABIN aprovou o Manual de Procedimentos Disciplinares da COGER/ABIN, por meio da Portaria nº 358/ ABIN/GSIPR, de 16 de setembro de 2013, com o objetivo de oferecer aos servidores e comissões disciplinares uma ferramenta de consulta destinada ao bom desempenho de suas atribuições. O manual está disponível na *intranet* da Agência e contém informações e conceitos sobre a atividade correcional, além de orientações diversas, que visam a atuação sistemática e eficiente nas apurações de faltas disciplinares.

2.3 Avaliação do funcionamento dos controles internos

Quadro 4 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					X
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Análise crítica e comentários relevantes:					
A ABIN vem, há algum tempo, trabalhando no aperfeiçoamento do ambiente de controle mediante a utilização de sistemas integrados no denominado Projeto Ciclo ABIN, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. De modo geral, a iniciativa implica no desenvolvimento de ferramentas informatizadas, em especial nas áreas de administração e de recursos humanos,					
Em 2014 o processo para aumentar a eficiência da gestão e da governança no âmbito institucional resultou na implementação de novos módulos informatizados do Projeto Ciclo, nas áreas de administração e gestão de pessoal.					
Por outro lado, no que corresponde às atividades finalísticas, identifica-se a carência de ferramentas informatizadas para melhorar o controle da gestão, tendo em vista as competências legais da UJ.					
Quanto à avaliação de riscos, no caso da ABIN estão vinculados significativamente à limitação orçamentária para desenvolver as atividades meio e finalísticas, isto é, o descompasso entre as necessidades identificadas e a reduzida disponibilidade de recursos de custeio e investimento alocados no orçamento da União.					
Na parte da “Informação e Comunicação” destaca-se que internamente foi melhorado o sistema estruturado em ambiente de rede (protocolo) e por ferramentas de comunicação disponíveis no portal da intranet.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Tendo em vista que a ABIN não presta serviços diretos aos cidadãos, neste capítulo não é apresentado o tema “Carta de Serviços ao Cidadão”, referente ao subitem 3.2 da Portaria TCU nº 90/2014.

Da mesma forma, não há conteúdo para os subitens “Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços” e “Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada”, especificados no item 3.3 e 3.5 da citada portaria, respectivamente.

3.1 Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria é o principal canal de acesso do cidadão e de servidores da Agência para fins de solicitações, reclamações ou sugestões.

O contato pode ser feito da seguinte forma:

- preenchimento de formulário *online*, no sítio da ABIN (<http://www.abin.gov.br>);
- correio eletrônico (falecomabin@abin.gov.br e ouvidoria@abin.gov.br);
- carta (SPO Área 5, Quadra 1, Bloco “A”, 1º andar – Brasília/DF, CEP: 70610-905);
- telefone (55-61-3445-8799); ou
- pessoalmente, em Brasília/DF, mediante agendamento prévio.

Em 2014, o contato com os usuários da Ouvidoria foi feito predominantemente via *internet*, sendo registradas 2.077 manifestações, categorizadas conforme se segue: consulta (1.770), crítica (27), denúncia (128), elogio (18), reclamação (73) e sugestão (61). A maioria das consultas tinha como finalidade conhecer aspectos da atividade desenvolvida pelo órgão e obter informações sobre como trabalhar na Agência.

Estatísticas mostraram que 99,57% das demandas registradas em 2014 foram finalizadas, enquanto 0,44% dos atendimentos estão pendentes de resposta. O tratamento dado a cada manifestação é de análise, qualificação, registro em sistema informatizado e resposta ao manifestante.

A Ouvidoria da ABIN, em 2014, respondeu à pesquisa “Coleta OGU”, promovida pela Ouvidoria-Geral da União (OGU), ligada à CGU.

3.2 Acesso às informações da UJ

A página virtual da ABIN na *internet* está disponível no endereço “www.abin.gov.br” e disponibiliza informações abertas – dados e temas considerados ostensivos – para a sociedade em geral, a exemplo de estrutura, linhas gerais do planejamento estratégico, atuação institucional, programas e projetos, perfil e agenda do Diretor-Geral, história da atividade de Inteligência e endereços, telefones e formas de contato.

Além disso, contém informações sobre licitações em andamento, concursos públicos destinados ao provimento de cargos nas carreiras da ABIN e acesso a publicações especializadas.

No contexto da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), há um *link* para o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que atende os órgãos da estrutura da Presidência da República.

3.3 Medidas relativas à acessibilidade

Considerando a disponibilidade orçamentária, a ABIN implantou as seguintes medidas para aprimorar a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência nas instalações da sede, em Brasília/DF:

- manutenção e adequação das calçadas existentes, com regularização de piso e execução de rampas de acesso;
- projeto e execução de novas vias de acesso (calçadas) para pedestres e cadeirantes, com aplicação de piso táctil de alerta em rampas, garantindo a mobilidade no complexo da sede;
- manutenção e adequação de banheiros;
- modernização de elevadores; e
- marcação e identificação de vagas especiais nos estacionamentos internos da sede e externos situados em áreas adjacentes.

4. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Devido à natureza das atividades realizadas pela ABIN, neste capítulo não é apresentado o conteúdo “Informações sobre Custos de Produtos e Serviços”, correspondente ao subitem 5.5 da Portaria TCU nº 90/2014.

4.1 Planejamento da UJ

As bases para orientar o processo de planejamento no âmbito da ABIN foram definidas na Portaria nº 187 - ABIN/GSIPR, de 10 de março de 2006, elaborada com o objetivo principal de consolidar metodologia efetiva para garantir a segurança da sociedade e do Estado brasileiros.

A citada Portaria definiu conceito estratégico institucional assentado nos seguintes elementos:

a) a ABIN terá seu trabalho respeitado pela sociedade e reconhecido junto ao alto escalão dos três Poderes, integrantes do processo decisório nacional, e às instituições públicas governamentais, bem como estará perfeitamente capacitada e legitimada como órgão central, perante as demais organizações integrantes do SISBIN;

b) as relações entre a ABIN e seus servidores serão amistosas e confiáveis, regidas com base em preceitos morais elevados e os servidores serão comprometidos com a instituição e terão atendidas suas aspirações, em especial no que se refere a carreira e condições de trabalho e de remuneração; e

c) a ABIN estará adequadamente dotada dos instrumentos necessários à sua atuação como órgão de Inteligência de Estado do País, em particular em relação a indispensáveis mandatos legais requeridos; provimento de recursos orçamentários e de pessoal; existência de instalações e infraestrutura de qualidade; e consolidação como centro de treinamento continuado de servidores, sendo referência nacional de capacitação em Inteligência.

A partir do conceito estratégico estabelecido, a orientação do planejamento institucional deve fundamentar-se em 12 vertentes:

a) produção de conhecimento direcionada para as atividades de Inteligência e Contrainteligência, com a abordagem de questões de interesse estratégico para o Estado, dotadas de real valor agregado e de potencial para subsidiar o processo decisório nacional, em seu mais alto nível;

b) salvaguarda de assuntos estratégicos, visando proteger conhecimentos e tecnologias sensíveis que interessem à segurança da sociedade e do Estado;

c) proteção institucional, com a incumbência de prover o órgão de mecanismos e instrumentos necessários para proteger atividades e servidores das ações de pessoas, grupos e organizações, estatais e não estatais, que representem ameaça de qualquer natureza, ou que maculem a credibilidade ou a imagem institucional;

d) obtenção de dados, mediante a ampliação da capilaridade institucional no Brasil e no exterior para gerar dados de real valor agregado, visando a apoiar os trabalhos nas áreas de produção do conhecimento, salvaguarda de assuntos estratégicos e de proteção institucional;

e) capacitação de servidores, orientada prioritariamente para a formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores da ABIN e do SISBIN;

f) comunicação social, articulada para desenvolver mecanismos e ações que contribuam para o fortalecimento da imagem institucional junto aos servidores, à sociedade brasileira e às distintas esferas governamentais;

g) desenvolvimento de ciência e tecnologia, buscando prover, continuadamente, a instituição de meios técnicos e condições adequadas para o cumprimento de suas atribuições institucionais e, subsidiariamente, atender demandas de outros órgãos governamentais;

h) relações institucionais, com a coordenação do SISBIN e a implementação de trabalhos de articulação com setores governamentais, em especial no âmbito do SISBIN, e privados para aprimorar a execução das atividades de Inteligência e promover o entendimento das reais características e especificidades da atividade de Inteligência de Estado;

i) ordenamento jurídico, com a realização sistemática de estudos e a elaboração de propostas que possibilitem dotar a Agência de mecanismos legais adequados e necessários à execução de sua missão institucional;

j) métodos e processos, com a incumbência de incorporar novas metodologias e desenvolver ações que objetivem aprimorar e modernizar permanentemente procedimentos e rotinas, de modo a conferir qualidade aos produtos fornecidos pela ABIN e gerar melhores condições de trabalho para os servidores;

k) administração e orçamento, direcionada para prover permanentemente a ABIN com os recursos orçamentários, financeiros e materiais necessários e adequados ao atendimento das demandas da atividade de Inteligência e buscar, sistematicamente, a modernização das instalações e da infraestrutura;

l) gestão de pessoas, vocacionada para gerar mecanismos e instrumentos adequados à implementação de política inovadora de pessoal, que se revele capaz de garantir a dignidade do quadro funcional e de evitar vulnerabilidades ao longo do tempo.

Na prática, o último ciclo de planejamento estratégico ocorreu no período de 2010 a 2014, tendo como visão de futuro: “tornar a ABIN reconhecida pelo governo e pela sociedade como a Agência de Inteligência do Estado brasileiro até 2014”. Para a sua consecução foram estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

- tornar o produto ABIN essencial para o processo decisório;
- aumentar o valor agregado do produto ABIN;
- engajar os servidores na busca dos objetivos comuns; e
- adequar a estrutura e promover a adequação do ordenamento jurídico da ABIN.

Os objetivos estratégicos foram desdobrados em 15 projetos, subdivididos nas quatro dimensões estabelecidas no mapa estratégico: governo e sociedade, capacidade organizacional, aprendizado organizacional e processos internos.

A avaliação do planejamento estratégico concluiu que foram alcançados resultados importantes no período, porém a execução dos projetos apresentou desempenho variável. Constatou-se que a concretização de objetivos e entregas previstos foi impactada por diferentes fatores intervenientes, externos e internos.

No contexto externo, a principal variável prejudicial foram as limitações vinculadas à falta de legislação adequada e também de atos reguladores/orientadores da atividade de Inteligência. Cabe assinalar também o impacto decorrente de restrições orçamentárias, com recursos financeiros insuficientes para a modernização estrutural e implementação de ações identificadas como relevantes.

No âmbito interno, entre outros aspectos, foi identificada a necessidade de reforçar a estrutura de gerenciamento e monitoramento de projetos e de ampliar os conhecimentos técnicos de profissionais da ABIN. Também constatou-se a carência de pessoal para a alocação em projetos estratégicos.

Tendo em vista os resultados verificados na avaliação do planejamento estratégico 2010-2014, e considerando a experiência adquirida durante a sua implementação, decidiu-se pela descontinuidade dos projetos e por realinhar/redefinir os procedimentos para o próximo ciclo estratégico, em princípio para o período 2016-2020.

A finalidade da iniciativa foi assegurar a retomada do planejamento de longo prazo, isso feito de forma adequada às diferentes variáveis de pessoal, orçamento e suporte técnico necessários para identificar e delimitar projetos e garantir a implementação do plano estratégico a ser elaborado. Para tanto, a Agência deverá reavaliar a metodologia empregada e, se for o caso, adotar sistemática alinhada à realidade institucional, isso feito a partir das competências estabelecidas na lei de criação do órgão e dos preceitos e diretrizes que orientam a atividade de Inteligência de Estado.

Os fatores de influência na execução do planejamento estratégico também refletiram, em graus variados, no planejamento tático e operacional da Agência. No curto prazo, a atividade de Inteligência centrou-se nos preparativos e realização da Copa do Mundo 2014 e foi possível atender com eficiência as demandas vinculadas à ação integrada do Governo Federal programada para o evento, afora a plena manutenção das rotinas de produção de conhecimentos em assuntos de interesse nacional.

Nesse sentido, com base em diretrizes e orientações específicas, e levando em consideração a capacidade de execução da ABIN, o plano anual de atividades em 2014 ateve-se à conformidade com as 12 vertentes que orientam a atuação institucional e conseguiu-se, com ponderação e razoabilidade, administrar os recursos disponibilizados.

Entretanto, pode-se afirmar que em 2014 os riscos ao planejamento foram os mesmos registrados em 2013, ou seja, os de natureza orçamentário-financeira (restrições, limites de empenho para despesas com diárias e passagens) e os administrativos e de recursos humanos (restrições nos investimentos para a área de tecnologia, restrições para a nomeação de novos servidores, perspectiva de aposentadoria de elevado contingente em funções administrativas, readequação de processos de trabalho e controles, capacitação de servidores).

4.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Considerando o disposto na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Plano Plurianual da União – PPA 2012-2015, as informações referentes a “Programa Temático” e “Objetivo”, relativas aos subitens 5.2.1 e 5.2.2 da Portaria TCU nº 90/2014, respectivamente, não se aplicam à ABIN.

Da mesma forma, não são apresentadas as informações do subitem 5.2.3.2 (“Ações/Subtítulos – OFSS”) da citada portaria.

4.2.1 Ações

A Lei Orçamentária Anual (LOA) 2014 consignou créditos e dotações de despesa em nove ações orçamentárias:

- 1) “Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade” (00M1);
- 2) “Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis” (0181);
- 3) “Contribuição da União, de Suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais” (09HB);
- 4) “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes” (2004);
- 5) “Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares” (2010);

- 6) “Auxílio -Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares” (2011);
- 7) “Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares” (2012);
- 8) “Pagamento de Pessoal Ativo da União” (20TP); e
- 9) “Ações de Inteligência” (2684).

4.2.1.1 Ações – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Quadro 5 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação							Valores em R\$ 1,00						
Código	00M1						Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL						
Título	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e do auxílio-natalidade												
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Código: 2101						Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	20118												
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras												
Lei Orçamentária 2014													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014								
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
95.162	252.873	218.730	218.730	218.730	0	0							
Execução Física													
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante									
				Previsto	Reprogramado	Realizado							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada							
0	0	0											

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

Identificação da Ação							Valores em R\$ 1,00						
Código	0181						Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL						
Título	Pagamento de aposentadorias e pensões - servidores civis												
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União - Código: 0089						Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	20118												
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras												
Lei Orçamentária 2014													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014								
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
135.877.300	168.962.536	168.091.239	168.091.239	168.091.239	0	0							
Execução Física													
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante									
				Previsto	Reprogramado	Realizado							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas										
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
0	0	0											

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

Identificação da Ação							Valores em R\$ 1,00		
Código	09HB Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL								
Título	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Código: 2101 Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado								
Unidade Orçamentária	20118								
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras				
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014				
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados			
51.046.993	51.046.993	46.034.219	46.034.219	46.034.219	0	0			
Execução Física									
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			Realizado		
				Previsto	Reprogramado				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/2014	Valor Liquido	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		Realizada	Realizada		
0	0	0							

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

Identificação da Ação							Valores em R\$ 1,00		
Código	2004 Tipo: ATIVIDADE								
Título	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Código: 2101 Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado								
Unidade Orçamentária	20118								
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras				
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014				
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados			
4.629.468	4.127.604	3.957.286	3.957.286	3.957.286	0	0			
Execução Física									
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			Realizado		
				Previsto	Reprogramado				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/2014	Valor Liquido	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		Realizada	Realizada		
0	0	0							

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

							Valores em R\$ 1,00	
Identificação da Ação								
Código	2010						Tipo: ATIVIDADE	
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Código: 2101 Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado							
Unidade Orçamentária	20118							
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						Lei Orçamentária 2014	
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014			
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados		
132.000	132.000	114.086	114.086	0	0	0		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado		Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0	0	0						

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

							Valores em R\$ 1,00	
Identificação da Ação								
Código	2011						Tipo: ATIVIDADE	
Título	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares							
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Código: 2101 Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado							
Unidade Orçamentária	20118							
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras						Lei Orçamentária 2014	
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014			
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados		
492.000	492.000	396.026	396.026	396.026	0	0		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado		Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0	0	0						

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

Identificação da Ação							Valores em R\$ 1,00
Código	2012 Tipo: ATIVIDADE						
Título	Auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Código: 2101 Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	20118						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
7.516.944	6.501.397	6.461.881	6.461.881	6.461.881	0	0	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0	0	0					

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

Identificação da Ação							Valores em R\$ 1,00
Código	20TP Tipo: ATIVIDADE						
Título	Pagamento de pessoal ativo da união						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Código: 2101 Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	20118						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
263.202.944	251.202.944	244.388.447	244.388.447	244.388.447	0	301.652	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
496.904	169.565	-327.339					

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

Identificação da Ação							Valores em R\$ 1,00						
Código	2684	Tipo: ATIVIDADE											
Título	Ações de inteligência												
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Código: 2101												
Unidade Orçamentária	20118	Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras												
Lei Orçamentária 2014													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013								
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados							
49.388.000	49.388.000	47.331.891	40.111.985	40.111.985	0	7.219.906							
Execução Física													
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante									
				Previsto	Reprogramado	Realizado							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores													
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquida	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada								
6.084.430	5.565.539	-462.134											

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

4.2.1.2 Ações não previstas na LOA 2014 – restos a pagar não processados - OFSS

A seguir é informada a situação de restos a pagar (RP) de ações que não constaram na LOA, por terem sido unificadas na ação 2684 (Ações de Inteligência).

Quadro 6 – Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação							Valores em R\$ 1,00
Código	2000	Tipo: ATIVIDADE					
Título	Administração da unidade						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Código: 2101						
Unidade Orçamentária	20118	Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquida	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado		
652.884	408.594	-244.290					

Identificação da Ação							
Código	2272	Tipo: ATIVIDADE					
Título	Gestão e administração do programa						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Código: 2101						
Unidade Orçamentária	20118	Tipo: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquida	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado		
13.796	0	0					

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

4.2.1.3 Análise situacional

O orçamento da ABIN, incluindo pessoal, benefícios, custeio e investimento, foi aprovado por meio da Lei nº 12.952, de 20 de Janeiro de 2014, com o valor de R\$ 512 milhões. Ao longo do ano, ocorreram suplementações e contingências determinadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), que resultaram no montante autorizado de R\$ 532 milhões. Desse total, 97% foram empenhados.

As despesas de custeio com “Ações de Inteligência” tiveram contingenciamento no valor de R\$ 888 mil. O valor inicial da LOA, de R\$ 49,4 milhões, fechou o mês de dezembro com o montante autorizado de R\$ 48,5 milhões, sendo que 98% foram empenhados.

No decorrer do exercício, o orçamento inicial teve acréscimo de R\$ 33.085.236,00 em pessoal inativo e de R\$ 140.000,00 em auxílio-natalidade e funeral. Quanto aos decréscimos, observou-se diminuição dos recursos destinados a pagamento de pessoal ativo, no valor de R\$12.000.000,00 (remanejados para pagamento de inativos e pensionistas da ABIN) e corte de recursos destinados a pagamento de exames periódicos no valor de R\$ 368.855,00. Os referidos ajustes não prejudicaram a execução orçamentária do órgão, mas impediram a implementação de novos contratos programados.

4.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Não obstante o desempenho variável dos projetos vinculados ao planejamento estratégico 2010-2014, ocorreram importantes avanços, especialmente nas dimensões aprendizado organizacional e capacidade organizacional, que cooperaram para ampliar a produção e salvaguarda de conhecimentos, adequar melhor os recursos às necessidades da Agência, fortalecer valores institucionais, aperfeiçoar a capacidade gerencial e aprimorar a política de gestão de pessoas.

Destaca-se que a Agência, ao longo de 2014, atuou de forma majoritária na coordenação das atividades de Inteligência em apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, ficando responsável por subsidiar a atuação das demais forças de segurança e de defesa. No contexto da gestão das atividades de Inteligência, vinculadas à realização do evento, sobressaem os seguintes resultados:

- 17 Centros de Inteligência montados e funcionando ininterruptamente durante o evento esportivo;
- 2.181 documentos de Inteligência produzidos no âmbito do Centros de Inteligência;
- 175 relatórios de análise de riscos elaborados em apoio às ações de segurança e defesa na Copa do Mundo, com ênfase nas cidades que abrigaram jogos;
- capacitação em Inteligência de 800 servidores da ABIN e de órgãos do SISBIN e conveniados; e
- aproximadamente 450 mil pesquisas realizadas para fins de credenciamento e controle de acesso de pessoas aos locais do evento.

Mesmo que o foco de atuação da ABIN tenha sido de forma destacada a Copa do Mundo, foram executadas iniciativas rotineiras vinculadas às atribuições legais de coordenação do SISBIN. Exemplo disso foi o acompanhamento e atualização sistemática de cerca de 700 cenários que integram o Mosaico de Segurança Institucional, representados por locais ou estruturas que demandam articulações e ações governamentais preventivas, cujo acompanhamento permanente subsidia diferentes tipos de decisões governamentais.

Outras ações de relevância abarcaram a participação em operações interagências, a exemplo da Operação Ágata, na esfera do Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal, cujo objetivo é combater o crime organizado e intensificar a presença do Estado em regiões fronteiriças,

e a Operação Hiléia Pátria, de defesa do meio ambiente pelo combate ao desmatamento ilegal em áreas federais protegidas.

No contexto da proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade, cabe salientar a implementação do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC).

Ainda no contexto da salvaguarda, foi reforçado o acompanhamento de atos de espionagem no espaço cibernético, bem como foi dado prosseguimento à pesquisa e ao desenvolvimento de soluções, baseadas em algoritmo criptográfico de Estado, voltadas para a segurança da informação e das comunicações de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Ressalta-se também o desenvolvimento de rotinas de caráter preventivo contra ações terroristas e assemelhadas, especialmente no contexto dos grandes eventos em 2014. Houve também realização de ações preventivas e de sensibilização, em conjunto com os Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e das Relações Exteriores (MRE).

4.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

No exercício de 2014 foram utilizados indicadores para monitorar e avaliar o desempenho institucional, em dois ciclos avaliativos. O primeiro compreendeu o período de 1º de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2014. O segundo iniciou em 1º de setembro de 2014 e será finalizado em 31 de agosto de 2015. Os indicadores de desempenho utilizados em ambos os períodos são identificados no Quadro 7.

Quadro 7 – Indicadores de desempenho institucional

Descrição do Indicador	Instrumento de Controle
Porcentagem de Relatório de Inteligência (Relints) considerados relevantes em relação ao total de Relints avaliados pelo GSI/PR	Ficha de Avaliação
Porcentagem de Relints considerados oportunos em relação ao total de Relints avaliados pelo GSI/PR	Ficha de Avaliação
Porcentagem de Relints considerados úteis em relação ao total de Relints avaliados pelo GSI/PR	Ficha de Avaliação
Porcentagem de cenários publicados em relação ao total de cenários de segurança institucional	Sistema
Porcentagem de cenários atualizados em relação ao total de cenários de segurança institucional	Sistema
Porcentagem de Relints difundidos a usuários externos em relação ao total de Relints difundidos ao GSI/PR	Ficha de Avaliação
Porcentagem de alunos satisfeitos com cursos ofertados pela ESINT	Ficha de Avaliação
Porcentagem de instituições do SISBIN e unidades da ABIN satisfeitas com o treinamento de seus servidores em cursos na ESINT	Ficha de Avaliação

Fonte: ABIN

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Tendo em vista não terem sido realizados registros no ano de 2014, deixou de ser informado o item “Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos”, correspondente ao subitem 6.3 da Portaria TCU nº 90/2014.

No referido exercício, o órgão também não realizou atividades relacionadas a transferências de recursos mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições correspondentes ao previsto no subitem 6.5 da Portaria TCU nº 90/2014.

Com relação ao item 6.6 do mencionado normativo, que trata de suprimento de fundos, registra-se que são apresentadas apenas as informações consideradas de natureza ostensiva. A divulgação de informações de natureza sigilosa poderia levar à identificação de ações resguardadas por sigilo, cuja proteção tem amparo na Lei nº 9.883/1999.

Em face da natureza jurídica da UJ, não foram apresentados os conteúdos referentes a “Renúncias sob a gestão da UJ” e “Gestão de Precatórios”, correspondentes aos itens 6.7 e 6.8 da Portaria TCU nº 90/2014, respectivamente.

5.1 Programação e execução das despesas

5.1.1 Programação das despesas

Quadro 8 – Programação de despesas

				Valores em R\$ 1,00
Unidade Orçamentária: 20118		Código UO: 20118		UGO: 20118
Origem dos Créditos Orçamentários				Grupos de Despesa Correntes
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL		450.127.237		58.703.574
CRÉDITOS	Suplementares	33.085.236		157.711
	Especiais	Abertos		
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		
		Reabertos		
Créditos Cancelados		-12.000.000		-1.517.411
Outras Operações				
Dotação final 2014 (A)		471.212.473		57.343.874
Dotação final 2013 (B)		451.882.583		63.443.138
Variação (A/B-1)*100		4		-10
Grupos de Despesa Capital				
Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
DOTAÇÃO INICIAL		3.550.000		9 - Reserva de Contingência
CRÉDITOS	Suplementares			
	Especiais	Abertos		
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos		
		Reabertos		
Créditos Cancelados				
Outras Operações				
Dotação final 2014 (A)		3.550.000		
Dotação final 2013 (B)		5.053.000		
Variação (A/B-1)*100		-30		

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

5.1.1.1 Análise crítica

Dos valores disponibilizados na LOA/2014, para pagamento de outras despesas correntes, houve impacto negativo na ação intitulada “Ações de Inteligência”, em razão do contingenciamento no valor de R\$ 888.000,00 determinado no decreto de programação financeira (Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014). Apesar disso, os ajustes internos permitiram a execução orçamentária do órgão sem maiores prejuízos, mediante alternativas gerenciais que otimizaram o gasto público, a exemplo da revisão de contratos com valores expressivos.

Em despesas de capital, destaca-se a aquisição de licenças permanentes de *software* no valor de R\$ 2.073.817,00 – o montante representou 58% do total recebido. O valor total do contrato é de aproximadamente R\$ 6 milhões. O restante será pago de forma parcelada, nos exercícios de 2015 e 2016. A redução de 29,74% na dotação de recursos para investimento, comparativamente ao ano anterior, comprometeu em larga monta a modernização das estruturas físicas e tecnológicas essenciais às atividades de Inteligência.

5.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

Quadro 9 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						Valores em R\$ 1,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	110322	110120	4693			3.499

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

Quadro 10 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes			Valores em R\$ 1,00
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Concedidos	110120	110097	2684				96.563
		110511	2684				727.110
		170100	2684				88.068
		170131	2684				617.191
		170345	2684				119.894
		173057	2 684				498.000
Recebidos	030001	110120	4018				1.421
	200248		7U23				5.689.203
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Recebidos	200248	110120	7U23	2.860.959			

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

A movimentação orçamentária “créditos concedidos” refere-se a despesas com rateio condominial por uso de imóveis da União, disponibilizados para o funcionamento de seis superintendências da ABIN.

As dotações correspondentes a “créditos recebidos” referem-se a reposição de material gráfico utilizado para atender demandas de órgãos do Governo Federal; pagamento de gratificação por encargo de curso ou concurso para servidores que ministraram treinamento no TCU; e projeto de cooperação com a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), no suporte a atividades de Inteligência voltadas para a realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

5.1.3 Realização da despesa

Nos quadros apresentados a seguir, considera-se “Créditos Originários – Total” como o total de recursos recebidos pela Unidade Orçamentária (UO), mesmo que a UJ não seja integralmente responsável pela sua execução direta.

Além disso, considera-se “Créditos de Movimentação” como os recursos recebidos por movimentação interna e externa, ou seja, os pertencentes ao orçamento de outras UOs, mas executados pela ABIN.

Os quadros 6.1.3.2 e 6.1.3.4 da Portaria TCU nº 90/2014, que contemplam as informações sobre os créditos “Executados Diretamente pela UJ”, não foram preenchidos, pois a UO ABIN é a única UG a ter as despesas concernentes suportadas pelos recursos orçamentários.

5.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total

Quadro 11– Despesas por modalidade de contratação – créditos originários – total

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: 20118		Código UO: 20118		UGO: 20118
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	21.499.860	18.190.941	21.499.860	18.166.927
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	21.499.860	18.190.941	21.499.860	18.166.927
e) Concurso				
f) Consulta				
g) RDC				
2. Contratações Diretas (h+i)	5.179.395	7.540.773	5.179.395	7.537.816
h) Dispensa	3.763.710	5.950.614	3.763.710	5.949.574
i) Inexigibilidade	1.415.685	1.590.158	1.415.685	1.588.241
3. Regime de Execução Especial	8.213.833	10.460.426	8.213.833	10.460.426
j) Suprimento de Fundos	8.213.833	10.460.426	8.213.833	10.460.426
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	459.912.236	444.395.059	459.912.236	444.390.372
k) Pagamento em Folha	458.212.253	442.599.978	458.212.253	442.595.291
l) Diárias	1.699.983	1.795.081	1.699.983	1.795.081
5. Outros	14.666.922	16.559.153	14.666.922	16.555.535
6. Total (1+2+3+4+5)	494.805.324	497.146.353	494.805.324	497.111.077

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

5.1.3.2 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total

Quadro 12 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total

		Unidade Orçamentária: 20118		Código UO: 20118	UGO: 20118	Valores em R\$1,00		
		DESPESSAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada	Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	458.513.905	443.096.882	458.212.253	442.599.979	301.652	496.904	458.212.253	442.595.292
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas	239.381.836	249.632.733	239.340.185	249.435.830	41.652	196.904	239.340.185	249.431.143
319001 – Aposentadorias do RPPS	145.535.570	120.533.669	145.535.570	120.533.669	-	-	145.535.570	120.533.669
319113 – Obrigações Patronais	48.463.720	49.873.891	48.463.720	49.873.891	-	-	48.463.720	49.873.891
Demais elementos do grupo	25.132.778	23.056.589	24.872.778	22.756.589	260.000	300.000	24.872.778	22.756.589
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	54.929.937	55.577.907	48.708.991	53.056.349	6.220.946	2.521.558	48.708.991	53.025.760
339039 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	35.372.148	36.972.257	29.842.907	34.632.939	5.529.241	2.339.318	29.842.907	34.602.532
339346 – Auxílio-Alimentação	6.461.881	7.302.888	6.461.881	7.302.888	-	-	6.461.881	7.302.888
339093 – Indenizações e Restituições	5.472.669	5.430.679	5.438.440	5.405.659	34.229	25.020	5.438.440	5.405.659
Demais elementos do grupo	7.623.239	5.872.083	6.965.762	5.714.863	657.477	157.220	6.965.762	5.714.681
DESPESSAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada	Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	3.549.962	5.052.898	2.551.003	1.490.026	998.959	3.562.872	2.551.003	1.490.026
449039 – Outros Serviços de Terc.PJ	2.129.967	1.521.781	2.129.967	1.188.281	-	333.500	2.129.967	1.188.281
449052 – Equip. e Material Perm.	1.419.783	3.527.317	420.824	297.945	998.959	3.229.372	420.824	297.945
449092 – Despesas de Exercícios Anteriores	211	-	211	-	-	-	211	-
Demais elementos do grupo	-	3.800	-	3.800	-	-	-	3.800

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

5.1.3.3 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Quadro 13 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		Valores em R\$ 1,00
	2014	2013	2014	2013	
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.738.133	2.819.518	3.738.133	2.819.518	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	
c) Concorrência	-	-	-	-	
d) Pregão	3.738.133	2.819.518	3.738.133	2.819.518	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) RDC	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	15.180	90	15.180	90	
h) Dispensa	15.180	90	15.180	90	
i) Inexigibilidade	-	-	-	-	
3. Regime de Execução Especial	2.039.316	1.987.242	2.039.316	1.987.242	
j) Suprimento de Fundos	2.039.316	1.987.242	2.039.316	1.987.242	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.754.551	1.114.528	2.754.551	1.114.528	
k) Pagamento em Folha	-	-	0	-	
l) Diárias	2.754.551	1.114.528	2.754.551	1.114.528	
5. Outros	7.903	21.612	7.903	21.612	
6. Total (1+2+3+4+5)	8.555.083	5.942.990	8.555.083	5.942.990	

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

5.1.3.4 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Quadro 14 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES						Valores em R\$ 1,00	
	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	5.694.124	4.291.110	5.694.124	3.384.508	-	968.524	5.694.124	3.384.508
339014 – Diárias Pessoal Civil	2.749.555	1.114.528	2.749.555	1.114.528	-	-	2.749.555	1.114.528
339039 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.532.970	2.938.186	2.532.970	1.989.662	-	948.524	2.532.970	1.989.662
339033 – Passagens e Despesas com Locomoção	395.200	238.396	395.200	238.396	-	-	395.200	238.396
Demais elementos do grupo	16.399	61.922	16.399	41.922	-	20.000	16.399	41.922
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	2.860.958	6.299.248	2.860.958	2.558.481	-	3.740.766	2.860.958	2.558.481
449052 – Equipamentos e Material Permanente	2.146.558	6.299.248	2.146.558	2.558.481	-	3.740.766	2.146.558	2.558.481
449039 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	714.400	-	714.400	-	-	-	714.400	-

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

5.1.3.5 Análise crítica da realização da despesa

Tendo em vista a redução do orçamento recebido pela UJ, houve esforço no sentido de racionalização dos gastos. A título de exemplo, seguem os itens de despesa que mais contribuíram com a economia orçamentária, que foi remanejada para outros gastos essenciais à atividade de Inteligência:

Quadro 15 – Economia de recursos orçamentários

DD	DESCRIÇÃO	2013	2014	BRUTO	Variação 2013-2014
					%
33903942	Serviços de Caráter Secreto ou Reservado	10.448.178	8.202.231	-2.245.947	-21
33901414	Diárias no País	1.608.509	1.403.970	-204.539	-13
33903958	Serviços de Telecomunicações	3.038.749	1.294.560	-1.744.189	-57
33903606	Serviços Técnicos Profissionais	658.090	442.660	-215.430	-33
TOTAL		15.753.527	11.343.421	- 4.410.105	-28

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

No que se refere às alterações específicas, em relação aos montantes realizados por modalidade de licitação, nota-se no Quadro 11 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total que as despesas com pregões foram 17% superiores ao ano de 2013 (de R\$ 18.190.941,00 para R\$ 21.499.860,00), ao passo que o montante com dispensa de licitação diminuiu 63% (de R\$ 5.950.614,00 para R\$ 3.763.710,00), e o das despesas por inexigibilidade apresentou diminuição de 12% (de R\$ 1.590.158,00 para 1.415.685,00).

Dessa forma, merece destaque a prioridade em utilizar a modalidade pregão nas licitações para contratar serviços ou adquirir bens, aspecto esse estimulado pelo Governo Federal como forma de proporcionar maior transparência e celeridade aos procedimentos de execução da despesa pública.

Observa-se que houve variação natural da demanda, o que se refletiu no valor e no quantitativo de pregões realizados em 2014.

Assinala-se que, no caso das dispensas de licitações, a ABIN adotou como regra a cotação eletrônica.

Acrescenta-se que a ABIN possui mecanismos de controle interno para fiscalizar as despesas realizadas por dispensa de licitação e suprimento de fundos, obedecidos os limites legais.

5.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Este item contempla apenas a publicidade destinada a dar conhecimento de atas, editais, decisões, avisos, contratos e outras informações, em observância a prescrições legais. Isso foi realizado mediante contrato com a Empresa Brasil de Comunicação S.A. Em 2014, os valores empenhados totalizaram R\$ 77.957,00; sendo paga a quantia de R\$ 61.256,00 na ação 2684 “Ações de Inteligência”.

5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 16 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	6.581.333	5.735.103	-789.473	56.757
2012	661.791	411.947	-249.844	-
2010	170.513	-	-	170.513
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	35.276	35.276	-	-
2012	-	-	-	-
2010	-	-	-	-

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

5.3.1 Análise Crítica

Em 2014 a estratégia adotada foi a de eliminar, no primeiro semestre, as pendências de RP inscritos em exercício anteriores, realizando o maior número de quitações para amenizar o impacto financeiro ao longo do ano.

A não-liquidação e o não-cancelamento de RP de anos anteriores decorreram de questionamentos no âmbito judicial, determinações legais e de questões de execução contratual.

Os valores inscritos em 2010 referem-se à prestação de serviços de emissão de bilhetes de passagens aéreas, onde ocorreram glosas que estão sendo discutidas judicialmente.

O valor inscrito no ano de 2012 foi cancelado em 2014, conforme preconizava o Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011.

Os valores inscritos em 2013 foram parcialmente cancelados, em razão de questões contratuais ou por interesse da Administração. O saldo a pagar de R\$ 2.733,08 aguarda definição judicial para liquidação da despesa e posterior pagamento a quem de direito. O restante do valor inscrito encontra-se sob responsabilidade de UGs que receberam dotação da ABIN a título de rateio de condomínio.

5.4 Suprimento de fundos

A UJ utilizou o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) para realizar despesas de natureza ostensiva, observando as disposições dos Decretos nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, e nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008.

A UJ não utiliza a “Conta Tipo “B” para concessão de suprimento de fundos.

A identificação das despesas realizadas em regime especial de execução, conforme as peculiaridades da atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN, podem levar à identificação de ações protegidas por sigilo. Por essa razão, e com amparo na Lei nº 9.883/1999, os gastos efetuados por meio de CPGF deixaram de ser informados no presente documento, conforme previsão no art. 6º, da Decisão Normativa TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013.

5.4.1 Concessão de suprimento de fundos

Quadro 17 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	110120	ABIN			15	10.902	800
2013	110120	ABIN			21	9.932	800
2012	110120	ABIN			42	21.807	800

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

5.4.2 Utilização de suprimento de fundos

Quadro 18 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal				Total (a+b)
					Saque		Fatura		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor das Faturas (b)	Quant.	Valor das Faturas (b)	
2014	110120	ABIN			7	4.639	8	6.263	10.902
2013	110120	ABIN			4	2.823	17	7.109	9.932

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

5.4.3 Classificação dos gastos com suprimento de fundos

Quadro 19 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto				Valores em R\$ 1,00
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa			Total
110120	ABIN	339030	33903004 - Gás e Outros Materiais Engarrafados			106
			33903007 - Gêneros de Alimentação			632
			33903016 - Material de Expediente			81
			33903022 - Material de Limpeza e Prod. de Higienização			107
			33903024 - Material P/ Manut.de Bens Imóveis/Instalações			830
			33903025 - Material P/ Manutenção de Bens Moveis			372
			33903026 - Material Elétrico e Eletrônico			963
			33903039-Material P/ Manutenção de Veículos			1.852
			TOTAL			4.943
		339039	33903917- Manut. e Conserv. de Máquinas e Equipamentos			960
			33903919 - Manutenção e Conserv. de Veículos			360
			33903969- Seguros em Geral			3.611
			TOTAL			5.959
		339047	33904710 -Taxes			1.027
			TOTAL			1.027

Fonte: DAL/ABIN e SIAFI

5.4.4 Análise crítica

A UJ manteve o valor anual de concessão de suprimento de fundos ostensivo praticamente nos mesmos patamares dos exercícios anteriores. Isso deveu-se à política de racionalização nas despesas com material de consumo e serviços, em cumprimento às determinações e recomendações do TCU.

O valor dos saques somou R\$ 4.639,00 (equivalente a 42,55% do total concedido). Porém, o montante da modalidade saque foi integralmente utilizado para o pagamento de seguro obrigatório e outras taxas junto aos departamentos de trânsito em estados que não possuíam convênio com o Tesouro Nacional, e por isso impossibilitada a quitação de débitos via ordem bancária do SIAFI.

5.5 Alimentação SIASG

Quadro 20 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, MARLEY ANTONIO COELHO, CPF nº 372.885.471-91, Chefe da Divisão de Contratos, exercido na Coordenação de Licitações e Contratos declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Contratos – SICON, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Brasília, 03 de março de 2015.</p> <p>MARLEY ANTONIO COELHO <u>372.885.471-91</u> <u>Chefe da Divisão de Contratos/DIVCON</u></p>

Cabe registrar que a ABIN não tem registro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), por não ter efetuado nenhum repasse no ano de 2014.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Em razão da natureza da atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN, que tem resguardada a publicação de determinados dados – incluindo o funcionamento, atribuições, atuação e especificações dos respectivos cargos e movimentação de seus titulares –, com amparo na Lei nº 9.883/1999, foram suprimidas as informações e os quadros referentes à demonstração e distribuição da força de trabalho e à qualificação e capacitação previstos nos subitens 7.1.1 e 7.1.2 da Portaria TCU nº 90/2014, respetivamente.

Essas informações estão sistematizadas internamente e se encontram à disposição para consulta dos órgãos de controle.

6.1 Estrutura de pessoal da UJ

6.1.1 Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da UJ

Quadro 21 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	228	220	59	47
1.1. Cargos Natureza Especial	2	2	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	226	218	59	47
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	202	56	44
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	2	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	0	2
1.2.4. Sem Vínculo	0	2	0	0
1.2.5. Aposentados	0	9	1	0
1.2.6. Empregados Públicos Readmitidos	0	1	0	0
2. Funções Gratificadas (GM e GR)	482	411	110	86
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	268	75	55
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	142	34	31
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	710	631	169	133

Fonte: DGP/ABIN

Análise crítica

O quantitativo de servidores nas áreas finalística e de suporte foi insuficiente para atender de forma adequada as demandas de trabalho da Agência. A situação foi agravada pelo número de aposentadorias e outras formas de vacância. O problema alcança a sede, em Brasília/DF, e as unidades estaduais, em especial as de difícil provimento, a maioria situadas na Região Norte do País.

Além de comprometer o pleno exercício das atividades de Inteligência, o decréscimo no número de servidores afetou e afeta a eficácia, em razão da decorrente perda de especialização.

O alcance do prejuízo foi maior pelo fato de a ABIN, a par de suas competências rotineiras visando ao assessoramento do Presidente da República quanto a ameaças à ordem constitucional, ter

a seu cargo planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades do SISBIN, bem como aprimorar o seu exercício por meio do desenvolvimento da doutrina de Inteligência e da capacitação de recursos humanos.

Nesse sentido, em especial na vertente voltada para a proteção de conhecimentos sensíveis de interesse para a segurança do Estado e da sociedade, a menor possibilidade de capacitação também afeta outros órgãos nos três poderes da República, além do Ministério Público e estruturas estaduais.

Vale ressaltar que o último concurso público autorizado foi realizado em 2010. Desde então, a Agência tem reiterado ao MP o pedido de autorização para o preenchimento de vagas existentes, porém ainda não foi atendida.

6.1.2 Custos de pessoal da UJ

Quadro 22 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Valores em R\$ 1,00		
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciári os	Demais despesas variáveis	Despesas de Ex. Anteriores	Decisões	Total
Membros de poder e agentes políticos										
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2014	83.116	627	7.872	2.506	2.503	1.940	-	19	-	98.583
2013	84.108	660	7.205	2.784	4.354	2.102	-	49	-	101.257
Servidores de Cargos que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2014	21.665	27	1.945	2.228	1.085	1.252	-	41	37	28.281
2013	28.727	139	2.588	2.980	1.905	1.813	-	59	55	38.265
Servidores com contratos temporários										
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2014	243	95	28	9	4	3	-	-	-	384
2013	233	89	27	9	64	4	-	-	-	424
Servidores de Carreira ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2014	32.622	5.324	3.632	1.093	1.283	795	-	4	-	44.754
2013	30.134	4.676	2.973	1.095	2.491	840	-	9	-	42.218

Servidores de Cargos ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2014	4.759	793	483	383	164	226	-	3	9	6.841
2013	4.870	801	496	416	187	261	-	12	9	7.054
Servidores de Carreiras ocupantes de Funções gratificadas										
2014	18.993	968	2.075	652	539	331	-	6	-	23.564
2013	18.847	891	1.662	644	983	466	-	5	-	23.499
Servidores de Cargos ocupantes de Funções Gratificadas										
2014	9.615	728	918	951	466	635	-	11	-	13.324
2013	9.590	754	928	983	596	687	-	34	-	13.571
Servidores DAS sem vínculo										
2014	9	774	64	26	52	8	-	-	-	933
2013	3	650	54	12	46	9	-	-	-	774
Cedidos à ABIN – Militares										
2014	-	654	55	19	60	-	-	-	-	789
2013	-	778	65	24	231	-	-	-	-	1.099
Cedidos à ABIN de outros órgãos – Civis										
2014	3	234	20	10	9	-	-	-	-	275
2013	-	80	7	7	29	-	-	-	-	123
Empregados Públicos – CLT										
2014	5.166	83	451	582	161	828	-	32	-	7.221
2013	4.935	-	405	313	939	198	-	11	-	6.802
Empregados Públicos ocupantes de funções Gratificadas										
2014	998	284	110	111	186	35	-	5	-	1.73
2013	628	184	80	40	126	40	-	-	-	1.098

Fonte: SIAPE, SIAFI e DGP/ABIN

6.1.3 Irregularidades na área de pessoal

Não foi constatada em 2014 a existência de irregularidades relacionadas à acumulação indevida de cargos, funções ou empregos na ABIN.

6.1.3.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

O concurso público para ingresso na ABIN prevê a etapa de investigação social, em que um dos tópicos verificados é a situação funcional do candidato. Durante a última etapa – o Curso de Formação em Inteligência –, o candidato apresenta seu currículo e preenche questionário abordando aspectos de sua vida pessoal e profissional. Um dos itens contempla cargo ou emprego que eventualmente possua.

No ato da admissão, o novo servidor preenche e assina declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, conforme determina o § 5º do Art. 13 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Também assina termo de responsabilidade, informando sobre o recebimento ou não de provento ou pensão advindo de outros entes da Federação. Essa obrigatoriedade também se estende aos que pertencem aos quadros de pessoal da Agência. No caso de ocorrer qualquer acúmulo regular

de proventos, devem apresentar seus contracheques nos meses de abril e outubro, e sempre que houver alteração no valor da remuneração.

Além disso, o ato de admissão de todos os servidores é registrado no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), que identifica e comunica ao órgão interessado eventuais situações irregulares.

Por fim, periodicamente, todos os agentes públicos em exercício na ABIN são lembrados da obrigatoriedade de atualizar seus dados cadastrais sempre que ocorrer alteração. No caso dos aposentados e pensionistas, isso é feito anualmente durante o recadastramento.

6.1.3.2 Terceirização irregular de cargos

Não foi constatada em 2014 a existência de irregularidades relacionadas à terceirização de cargos, funções ou empregos na ABIN.

6.1.4 Riscos identificados na gestão de pessoas

A evasão de mão de obra qualificada, por motivo de aposentadoria e vacância, aliada à não autorização para concursos, foi o principal risco identificado no exercício anterior. Em 2014 a Agencia registrou a aposentadoria de 135 servidores. Além disso, foram computadas 29 vacâncias por motivos diversos, incluindo a posse em outros cargos públicos.

A desatualização dos sistemas de pagamento e de apoio à gestão de pessoas também representaram risco, em face das limitações no aporte de recursos financeiros para investimentos em informatização e de recursos humanos com qualificação técnica.

Em nível mais específico, há a dificuldade compartilhada com grande parte dos órgãos do Executivo federal, quanto a cumprir a Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS), por falta de profissionais de saúde nos quadros.

Outro fator crítico na gestão de pessoas diz respeito às diferenças na composição de cargos do quadro funcional. A Agência vem tentando negociar alterações na legislação que permitam ampliar a uniformidade de tratamento entre os servidores ocupantes dos diversos cargos.

6.1.5 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A ABIN vem se estruturando, a fim de aperfeiçoar seus indicadores gerenciais, o estabelecimento de metas e o controle de resultados. Deu-se continuidade à organização e atualização de assentamentos funcionais, de modo a dispor de dados de forma mais eficiente. Iniciou-se o mapeamento de processos de gestão de pessoal.

6.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

Nessa seção é apresentada a situação dos contratos relativos à prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância e de outros contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

A ABIN não possui programa de estágio.

6.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância

Quadro 23 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA													
UG/Gestão: 110120/00001 CNPJ: 01.175.497/0001-41													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas			Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.	
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	044/2009/DAL	06.088.000/0002-52	04/06/09	04/06/14	-	-	4	4	-	-	E
2009	L	O	081/2009/DAL	10.830.905/0001-42	18/11/09	18/11/14	1	1	-	-	-	-	E
2009	L	O	083/2009/DAL	09.016.469/0001-93	20/11/09	20/11/14	3	3	-	-	-	-	E
2010	V	O	021/2010/DAL	31.242.852/0001-19	31/01/10	31/01/15	-	-	4	4	-	-	E
2010	V	O	029/2010/DAL	02.576.238/0004-38	11/02/10	11/02/15	-	-	4	4	-	-	E
2010	L	O	073/2010/DAL	09.134.888/0001-20	29/06/10	29/06/15	1	1	-	-	-	-	P
2010	L	O	075/2010/DAL	00.323.090/0001-51	01/07/10	01/07/15	2	2	-	-	-	-	P
2010	L	O	080/2010/DAL	39.420.336/0001-49	06/08/10	06/08/15	5	5	-	-	-	-	P
2010	L	O	081/2010/DAL	11.507.596/0001-37	12/07/10	12/07/15	1	1	-	-	-	-	P
2010	L	O	082/2010/DAL	10.587.618/0001-53	26/07/10	26/07/15	2	2	-	-	-	-	P
2010	V	O	083/2010/DAL	11.222.248/0001-13	30/07/10	30/07/14	-	-	4	4	-	-	E
2010	V	O	084/2010/DAL	10.994.722/0001-62	01/08/10	29/11/14	-	-	2	2	-	-	E
2010	V	O	087/2010/DAL	02.650.833/0001-23	18/08/10	18/08/15	-	-	8	8	-	-	P
2010	V	O	111/2010/DAL	05.891.583/0001-01	01/12/10	01/12/15	-	-	3	3	-	-	P
2011	V	O	044/2011/DAL	09.267.406/0001-00	09/02/11	09/02/16	-	-	49	49	-	-	P
2011	L	O	067/2011/DAL	03.116.865/0001-06	09/05/11	09/05/15	1	1	-	-	-	-	P
2011	L	O	096/2011/DAL	08.900.850/0001-58	22/06/11	22/06/15	10	10	-	-	-	-	P
2011	V	O	101/2011/DAL	06.088.000/0001-71	01/07/11	01/07/15	-	-	4	4	-	-	P
2011	L	O	164/2011/DAL	11.453.708/0001-14	11/10/11	11/10/15	1	1	-	-	-	-	P
2011	L	O	167/2011/DAL	07.188.842/0001-68	03/11/11	03/11/15	1	1	-	-	-	-	P
2012	L	O	004/2012/DAL	35.653.880/0001-80	13/01/12	13/01/16	1	1	-	-	-	-	P
2012	L	O	522/2012/DAL	15.001.655/0001-51	29/06/12	29/06/14	1	1	-	-	-	-	E
2012	V	O	531/2012/DAL	00.332.087/0005-28	02/08/12	02/08/15	-	-	4	4	-	-	P
2012	V	O	539/2012/DAL	11.092.610/0001-89	18/09/12	18/09/15	-	-	4	4	-	-	P
2012	V	O	545/2012/DAL	02.764.609/0001-62	08/10/12	08/10/15	-	-	4	4	-	-	P
2013	L	E	501/2013/DAL	00.087.163/0001-53	21/01/13	22/07/13	131	131	-	-	-	-	E
2013	L	O	503/2013/DAL	09.231.574/0001-45	06/02/13	06/02/16	6	6	-	-	-	-	P
2013	L	O	507/2013/DAL	11.301.568/0001-69	01/03/13	01/03/15	2	2	-	-	-	-	P
2013	V	O	517/2013/DAL	09.039.434/0001-70	01/04/13	01/04/15	-	-	2	2	-	-	P
2013	L	O	523/2013/DAL	73.767.790/0001-09	13/05/13	13/05/15	5	5	-	-	-	-	P
2013	L	O	535/2013/DAL	04.039.911/0001-83	07/06/13	07/06/15	1	1	-	-	-	-	P
2013	V	O	537/2013/DAL	04.855.257/0001-86	31/05/13	31/05/15	-	-	4	4	-	-	P
2014	L	O	549/2014/DAL	12.633.102/0001-23	18/03/14	18/03/16	2	2	-	-	-	-	P
2013	L	O	552/2013/DAL	07.993.467/0001-29	22/07/13	22/07/15	1	1	-	-	-	-	P
2013	L	O	553/2013/DAL	02.843.359/0001-56	22/07/13	22/07/15	128	128	-	-	-	-	P
2013	L	O	556/2013/DAL	01.232.808/0001-67	29/07/13	29/07/14	1	1	-	-	-	-	E
2013	L	E	561/2013/DAL	00.403.962/0001-62	30/07/13	30/01/14	2	2	-	-	-	-	E
2013	V	O	586/2013/DAL	10.639.977/0001-07	17/12/13	17/12/15	-	-	4	4	-	-	P
2014	V	O	589/2014/DAL	06.088.000/0002-52	05/06/14	05/06/15	-	-	4	4	-	-	A
2013	L	O	598/2013/DAL	10.405.110/0001-97	20/12/13	20/12/14	1	1	-	-	-	-	E
2013	L	O	605/2013/DAL	04.231.640/0001-63	27/12/13	27/12/14	1	1	-	-	-	-	E
2014	V	O	595/2014/DAL	08.938.288/0001-51	01/08/14	01/08/15	-	-	2	2	-	-	A
2014	L	E	598/2014/DAL	05.670.079/0001-81	10/09/14	10/03/15	1	1	-	-	-	-	E
2014	L	O	600/2014/DAL	12.537.897/0001-76	20/08/14	20/08/15	1	1	-	-	-	-	A

2014	L	O	613/2014/DAL	08.611.082/0001-12	19/11/14	19/11/15	1	1	-	-	-	-	A
2014	V	O	618/2014/DAL	04.808.914/0001-34	01/12/14	01/12/15	-	-	8	8	-	-	A
2014	L	O	619/2014/DAL	11.108.001/0001-70	21/11/14	21/11/15	2	2	-	-	-	-	A
2015	L	O	503/2015/DAL	13.603.268/0001-60	02/02/15	02/02/16	1	1	-	-	-	-	A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Fonte: DAL/ABIN

6.2.2 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de carreiras e cargos

Quadro 24 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante																
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA																
Informações sobre os contratos							Período contratual de execução das atividades contratadas							Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		Sit.
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Início	Fim	F		M		S					
							P	C	P	C	P	C				
2010	8	O	074/2010/DAL	10.539.098/0001-03	23/06/10	23/06/15	-	-	-	4	-	1	A			
2012	9	O	549/2012/DAL	09.627.040/0001-32	31/10/12	30/04/14	17	17	12	12			E			
2014	9	O	617/2014/DAL	33.373.325/0001-79	28/11/14	28/11/15	27	27	5	5			P			

Observações:..

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DAL/ABIN

6.2.3 Análise crítica dos subitens 6.2.1 e 6.2.2

A ABIN enfrentou problemas com os contratos de locação de mão de obra. Várias empresas atrasaram a entrega de materiais e uniformes e o pagamento de obrigações trabalhistas. Em casos extremos, foi feita a rescisão contratual e o chamamento, por dispensa de licitação, da segunda colocada.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Em razão da natureza da atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN, que tem resguardada a divulgação de determinados informações com amparo na Lei nº 9.883/1999, neste capítulo não foram apresentados dados sobre os campos “Quantidade de Veículos em Uso ou na Responsabilidade da UJ” e “Idade Média da Frota”, que integram o subitem 8.1 da Portaria TCU nº90/2014. Nesse mesmo sentido, não constam os referentes à “Gestão do Patrimônio Imobiliário da União sob a Responsabilidade da UJ” e “Imóveis Locados de Terceiros”, correspondentes aos subitens 8.2 e 8.3 da Portaria TCU nº 90/2014, respectivamente. Essas informações estão sistematizadas internamente e à disposição para consulta dos órgãos de controle.

7.1 Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros

A gestão da frota de veículos automotores, de propriedade da ABIN, observa a legislação vigente, com destaque para os seguintes dispositivos:

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais;
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro;
- Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal;
- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela APF;
- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais; e
- Instrução Normativa nº 002/ABIN/GSI/PR, de 5 de maio de 2011, que dispõe sobre a classificação, a solicitação, as responsabilidades e os procedimentos na utilização de veículos oficiais no âmbito da ABIN.

A frota de veículos disponíveis foi utilizada em apoio às atividades finalísticas e de suporte, atendendo as necessidades de transporte das unidades da sede, em Brasília/DF, e das 26 superintendências estaduais, localizadas nas capitais do País.

A média anual de quilômetros rodados no exercício de 2014, por grupo de veículos, foi a seguinte:

- a) veículos institucionais – 67.314 km;
- b) veículos de serviços comuns – 232.226 km; e
- c) veículos de serviços especiais – 563.734 km.

Quanto aos custos associados ao abastecimento e manutenção da frota, destacam-se os seguintes gastos em 2014:

- a) combustíveis (álcool, diesel e gasolina) – R\$ 266.033,22;
- b) serviços de mecânica e peças – R\$ 394.687,32; e
- c) seguro obrigatório (DPVAT) – R\$ 47.200,28.

Além disso, cabe observar que a opção por manter frota própria, em detrimento da locação, está vinculada às características das atividades desenvolvidas pela ABIN, levando-se em conta principalmente a questão do sigilo e a diversidade e imprevisibilidade no uso de veículos, tanto no apoio administrativo como nas ações de caráter operacional.

Cabe salientar que, em 2014, no que diz respeito à estrutura para assegurar prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, foram adotados os seguintes procedimentos: uso de sistema de gerenciamento e controle de veículos e aquisição de combustível, relatórios de acompanhamento, controle diário e mensal de consumo de combustíveis, e elaboração de mapas de controle do desempenho e manutenção de veículos.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nesse capítulo são assinalados os principais sistemas computacionais utilizados nos macroprocessos finalísticos da ABIN. Também foram registrados os contratos firmados com terceiros na área de tecnologia da informação, vigentes em 2014.

8.1 Gestão da tecnologia da informação

Quadro 25 – Principais sistemas computacionais

Sistemas/Funcionalidades
Sistema de mensageria instantânea para plataforma móvel, por meio da <i>internet</i> e com criptografia de Estado.
Sistema de análise de risco com ênfase na ameaça.
Sistema de informação para a gestão de pessoal e administração geral.
Sistema em plataforma <i>web</i> para armazenamento e gerenciamento de dados, informações e conhecimentos de Inteligência.

Fonte: DPDT/ABIN

Os contratos vigentes na área de tecnologia da informação são os constantes do Quadro 26. Cabe ressaltar que, por medida de sigilo, uma parte dos instrumentos firmados com terceiros não foram incluídos, porém as informações estão disponíveis para os órgãos de controle.

Quadro 26 – Contratos na área de tecnologia da informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores	Valores em R\$ 1,00		
				Inicio	Término	CNPJ
500/2014	Serviço de suporte técnico especializado.	07/01/2014 31/05/2018	04.892.991/0001-15	TELTEC NETWORKS LTDA	2.172.670	657.357
22/2010	Serviço de outsourcing de impressão.	12/03/2010 12/03/2014	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	1.322.460	11.850
551/2014	Serviço de outsourcing de impressão.	19/03/2014 19/03/2015	62.541.735/0001-80	AMC INFORMATICA LTDA	580.440	-
541/2012	Serviço de acesso à rede INFOVIA e à internet.	01/10/2012 01/10/2015	33.683.111/0001-07	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1.351.200	403.200
510/2013	Serviço de rede WAN - MPLS - Oi	12/03/2013 12/09/2015	76.535.764/0001-43	OIS/A	6.084.109	2.359.506
511/2013	Serviço de rede WAN - MPLS - Telemar	12/03/2013 12/09/2015	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	235.111	41.277
583/2014	Atualização do servidor de telefonia IP (Callmanager)	03/06/2014 03/06/2017	04.892.991/0001-15	TELTEC NETWORKS LTDA	994.400	994.400
582/2014	Aquisição de travessia de firewall para videoconferência	22/05/2014 22/05/2017	04.892.991/0001-15	TELTEC NETWORKS LTDA	425.000	425.000
576/2014	Aquisição de licenças perpétuas de softwares, aplicativos e sistemas operacionais para microcomputadores e servidores	17/04/2014 17/04/2017	00.710.799/0001-00	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA	6.221.452	2.073.817
603/2013	Serviço de acesso à internet móvel 4G	26/12/2013 26/12/2015	40.432.544/0001-47	CLARO S/A	395.820	193.815

Fonte: DPDT/ABIN

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

Quadro 27 – Aspectos da gestão ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		X
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		X

Considerações Gerais:
 No que diz respeito ao uso racional de papel, energia elétrica e água foram realizadas as seguintes ações, entre outras: configuração de impressoras para padrão de impressão em frente e verso, quando possível; aperfeiçoamento do controle de consumo de papel para impressão e cópias; modernização dos elevadores da sede da Agência; e, ainda, estudos visando à racionalização do consumo de energia elétrica e água, tendo em vista o quadro de infraestrutura existente, as necessidades de adaptação e a disponibilidade orçamentária.

Fonte: DAL/ABIN

10. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Nesse capítulo não há registro de “Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário”, conteúdo previsto no subitem 11.4 da Portaria TCU nº 90/2014, uma vez que no exercício de 2014 não foram instaurados procedimentos de tomada de contas especial no âmbito da ABIN.

10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Nessa seção são apresentadas informações relativas ao cumprimento de uma deliberação do TCU atendida no exercício de 2014. Não há registro de deliberações pendentes de atendimento até o final do exercício.

Quadro 28 – Cumprimento de deliberação do TCU atendida no exercício

Deliberação Expedida pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 013.156/2006-8	2542/2014	1.7	DETERMINAÇÃO	OF 13680/2014 –TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
ABIN					045104
Descrição da Deliberação					
1.7.1 Nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, promova a restituição ao erário dos valores indevidamente recebidos pelo servidor inativo matrícula nº 909758, após a prolação do acórdão 1.338/2007–2ª Câmara; e 1.7.2 emita o ato de cancelamento da concessão do servidor matrícula nº 36702, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DGP					045104
Síntese da Providência Adotada					
- Promoveu-se o processo de restituição de valores ao erário pelo servidor inativo matrícula nº 909758. As parcelas começaram a ser descontadas na folha de pagamento de janeiro de 2015, nos termos do § 1º do Art. 46 da Lei nº 8.112/1990.					
- Registrhou-se no SISAC do ato de cancelamento da concessão do servidor matrícula nº 36702 (que já havia sido publicado no DOU de 06/07/2007. O retorno do servidor ao serviço efetivou-se em 20/07/2007).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
- Instrução de processo de restituição de valores indevidos ao erário.					
- Registro no SISAC do ato de cancelamento da concessão do servidor matrícula nº 36702.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
-					

10.2 Tratamento de recomendações do OCI

Esta seção diz respeito ao tratamento de recomendações do órgão de controle interno (OCI), referente ao subitem 11.2 da Portaria TCU nº 90/2014. São registradas apenas as recomendações que permaneceram pendentes de atendimento até o final do exercício. Não há demonstrativo de recomendações atendidas pela ABIN em 2014.

Quadro 29 – Situação das recomendações do OCI que permaneceram pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “b”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Envidar esforços para finalizar o mapeamento dos processos que mais impactam em sua gestão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
APLAM			-
Síntese da Providência Adotada			
No planejamento estratégico 2010-2014, foi realizado o mapeamento parcial dos processos que mais impactam na gestão da UJ.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em face de avaliação realizada, a Direção-Geral da ABIN decidiu pela descontinuidade do planejamento estratégico 2010-2014 e a retomada de procedimentos para realinhar/redefinir projetos e elaborar novo plano para o próximo período de cinco anos. Nesse contexto, será retomado o ponto focal de mapeamento dos principais processos da área finalística e da área de gestão administrativa e de pessoal.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A necessidade de sensibilização do corpo gerencial e de capacitação técnica de equipes, associada à falta de recursos orçamentários e humanos, não favoreceram a efetiva realização do projeto inicial. Acrescente-se a necessidade de contratar serviço de consultoria especializada, para dar suporte aos trabalhos de identificação das diferentes atividades que devem embasar a formatação dos processos existentes.			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013.	Anexo IV, item “c”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Apurar a comprovação de despesas relativas ao suprimento de fundos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Direção-Geral			74888
Síntese da Providência Adotada			
Com o Ofício nº 236/ABIN/GSIPR, de 20 de setembro de 2013, dirigido à CISET/PR, a ABIN informou sobre as medidas adotadas (instauração de sindicância investigativa e de processo administrativo disciplinar). No desdobramento, em 2014, a ABIN instaurou novos procedimentos apuratórios. Os processos decorrentes e encerrados estão à disposição da CISET, observado o tratamento sigiloso nos termos do disposto no art. 9ºA da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Registra-se que os procedimentos não foram concluídos no período referente ao presente Relatório de Gestão.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013.	Anexo IV, item “d”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Apurar responsabilidade de servidores na prestação de contas de suprimento de fundos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Direção-Geral			74888
Síntese da Providência Adotada			
Com o Ofício nº 236/ABIN/GSIPR, de 20 de setembro de 2013, dirigido à CISET/PR, a ABIN informou sobre as medidas adotadas (instauração de sindicância investigativa e de processo administrativo disciplinar). No desdobramento, em 2014, a ABIN instaurou novos procedimentos apuratórios. Os processos decorrentes e encerrados estão à disposição da CISET, observado o tratamento sigiloso nos termos do disposto no art. 9ºA da Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999. Registra-se que os procedimentos não foram concluídos no período referente ao presente Relatório de Gestão.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “e”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Apurar a comprovação de gastos nos Jogos Panamericanos de 2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Direção-Geral			74888
Síntese da Providência Adotada			
A ABIN instaurou novos procedimentos para apurar a eventual utilização de recursos sigilosos no âmbito dos Jogos Panamericanos de 2007 sem a devida comprovação de gastos e resarcimento ao erário, considerando as conclusões do item XIV do Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2013, instaurado pela Portaria nº 038/COGER/ABIN, de 14 de junho de 2012. Os processos decorrentes e encerrados estão à disposição da CISET, observado o tratamento sigiloso nos termos do disposto no art. 9ºA da Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999. Registra-se que há procedimentos de apuração em andamento.			
Justificativa para o seu não cumprimento			
O atendimento da recomendação está em conformidade com o plano de ação correspondente ao contido no Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à CISET/SG/PR por meio do Ofício nº 261/SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “f”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Incrementar os controles internos administrativos afetos à área responsável pelos atos de aposentadoria, pensão e admissão, por meio de rotinas e procedimentos formalizados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DGP			95537
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi cumprida e os prazos legais estão sendo atendidos. As rotinas estão formalizadas. Além disso, todos os processos são revisados com base em checklist contido no manual de procedimentos da CISET.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Quanto ao sistema informatizado (módulo de aposentadoria), sua utilização depende do desenvolvimento de funcionalidades, tarefa essa que envolve a ABIN e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e de disponibilidade de recursos técnicos e orçamentários.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104) Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “h”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Incrementar os controles internos afetos aos registros de gastos com cartão de pagamento do governo federal, por meio da implantação de sistema de gerenciamento que permita a inclusão de registros completos referente às despesas efetuadas (fornecedores, classificação, natureza, limites e relatórios gerenciais)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Foram inseridos em base de dados os registros completos das despesas efetuadas no exercício, observadas as recomendações da CISET/SG/PR e priorizada a implantação do Sistema de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), conforme convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A implantação do módulo Suprimento de Fundos Sigiloso no SIPAC está em fase de avaliação técnica.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A implantação do SIPAC obedece cronograma de instalação e operacionalização de módulos, abrangendo a sede da ABIN e suas unidades estaduais. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à CISET/SG/PR por meio do Ofício nº 261/ SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O esforço da ABIN é no sentido de antecipar o cronograma. Contudo, a redução de prazos depende da capacidade de desenvolvimento e implementação técnica dos módulos previstos para o SIPAC, que não estão sob gestão direta da ABIN, por serem desenvolvidos pela UFRN.			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104) Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “J”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Instituir rotina para exigir, doravante, comprovantes de regularidade fiscal válidos quando da assinatura dos contratos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Efetuado o aperfeiçoamento de mecanismos existentes e criação de rotina relativa às exigências de comprovação de regularidade fiscal dentro do prazo de validade quando da assinatura dos contratos. Implementado formulário de checklist específico.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “k”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Instituir rotina para exigir, doravante, as garantias de execução contratual quando estabelecidas em Contrato.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Por recomendação da CISET/PR, foi realizado procedimento complementar. Nesse sentido, foi criada lista de conferência para a gestão dos contratos; ampliado o fluxograma de rotinas, a partir da entrada dos processos de compra e serviços na fração responsável. Além disso, foi apresentado à CISET/PR o formulário de <i>checklist</i> elaborado e a tela do sistema SIPAC/Módulo Contratos, comprovando o atendimento da recomendação.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “l”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Incrementar, por meio da formalização de rotinas e utilização de <i>checklists</i> , os controles internos administrativos afetos à celebração de contratos no que se refere às exigências consignadas em edital, à publicação de contratos e ao acompanhamento de sua execução			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Criada lista de conferência de procedimentos, na fração responsável pela gestão dos contratos; ampliado o fluxograma de procedimentos, a partir da entrada dos processos de compra e serviços na fração responsável. Foi apresentado à CISET/PR o formulário de <i>checklist</i> desenvolvido para essa rotina.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “n”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Aprovar, publicar e difundir o planejamento estratégico de periodicidade quadrienal para a ABIN			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
APLAM			-
Síntese da Providência Adotada			
Avaliação do planejamento estratégico vigente para o período 2010-2014 e elaboração do planejamento para o próximo ciclo, visando aprovação e difusão interna.			
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
Foi realizada a avaliação do planejamento estratégico 2010-2014, ficando demonstrado que o propósito de a ABIN ser reconhecida pelo governo como a agência de Inteligência do Estado brasileiro em 2014 foi plenamente alcançado. A par disso, a avaliação feita no conjunto dos projetos previstos evidenciou que alguns dos objetivos não foram atingidos com os resultados desejáveis. Em consequência, a Direção-Geral decidiu pela descontinuidade do planejamento estratégico e a retomada de procedimentos para realinhar/redefinir projetos, mediante a elaboração de novo plano para o próximo período de 5 (cinco) anos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A não consecução das metas propostas vinculou-se aos seguintes fatores, entre outros: limitação de recurso orçamentário para a contratação de serviços técnicos especializados na área de planejamento e de pesquisa; necessidade de ampliar os conhecimentos técnicos do pessoal da ABIN, para estruturar e integrar de forma contínua a equipe de planejamento e os grupos de trabalho num escritório de projetos; dificuldade de envolvimento da estrutura funcional da ABIN – sede e superintendências estaduais – na consecução/implementação dos projetos em razão de outras prioridades da atividade de Inteligência, particularmente demandas governamentais; e falta generalizada de pessoal, decorrente da não liberação de concurso público para o preenchimento de cargos da área-fim (desde 2008) e área-meio (desde 2010).			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “o”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Reavaliar o cronograma de implementação do projeto de gestão por competências, adequando-o ao orçamento da UJ			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DGP			95537
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação não foi cumprida			
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
A implementação do projeto foi prejudicada pela falta de recursos orçamentários para contratar consultoria técnica especializada, restando inviabilizado o mapeamento e validação de competências organizacionais e individuais.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As contingências orçamentário-financeiras da ABIN e a carência de pessoal técnico têm dificultado a consecução de projetos voltados para o aperfeiçoamento institucional. A implementação do projeto de gestão por competências deverá ser retomada nos trabalhos para realinhar/redefinir o planejamento estratégico do próximo quinquênio.			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “p”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Envidar esforços para instituir mapa de indicadores, alinhados ao planejamento estratégico da UJ, que permitam avaliar o desempenho de sua gestão por meio da efetividade de seus principais processos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
APLAM			-
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação ainda não foi cumprida.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os indicadores previstos no planejamento estratégico 2010-2014 serão revisados e, se possível, aproveitados no próximo plano de longo prazo, a ser elaborado. Observa-se, entretanto, que há dificuldades de natureza técnica para a formulação adequada de indicadores que permitam avaliar o processo de gestão institucional, tendo em vista as particularidades da atividade de Inteligência. Isso ocorre principalmente quanto à definição de parâmetros para mensurar a efetividade das atividades finalísticas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “q”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Desenvolver e/ou formalizar rotinas de controle para as diversas áreas da UJ, de forma a acompanhar e assegurar o alcance de seus objetivos estratégicos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
APLAM			-
Síntese da Providência Adotada			
O atendimento da recomendação restou prejudicado, em face da decisão da Direção-Geral da ABIN de realinhar/redefinir o planejamento estratégico em 2015.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A elaboração de diagnóstico e adoção de medidas de controle para mitigar os riscos serão incluídos no plano estratégico a ser elaborado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “r”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Implementar/formalizar diagnóstico dos riscos associados aos principais processos identificados, classificando-os considerando a possibilidade de ocorrência, bem como as medidas a serem adotadas para mitigá-los.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
APLAM			
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação ainda não foi cumprida.			
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
A recomendação depende do mapeamento dos processos que mais impactam na gestão da ABIN. O assunto será retomado nos trabalhos para realinhar realinhar/redefinir o planejamento estratégico para o próximo quinquênio. Vale observar que, no caso das atividades finalísticas de Inteligência, ou seja a produção de conhecimentos, o principal risco atual à sua consecução é a falta de recursos orçamentários em volume adequado para garantir os trabalhos de levantamento e coleta/busca de dados e avaliações de risco que subsidiam o processo. Nesse sentido, destaca-se que a ABIN não é órgão de execução de políticas públicas, e sim de apoio à decisão presidencial, por isso o suporte de assessoria será mais ou menos eficiente em função do orçamento disponibilizado para o órgão e não há previsibilidade sobre quais serão as atividades a serem desenvolvidas. Isso dependerá de elementos de conjuntura ou outros fatores temporários de influência que pautam permanentemente a agenda de interesses do País. A partir dessa formatação é que a Inteligência estrutura suas atividades, que atualmente estão centradas nos cenários aprovados previamente pelo Gabinete de Segurança Institucional e em temas estratégicos de interesse para o processo decisório governamental. Nos demais segmentos da Inteligência – gestão de pessoal, administração, tecnologia da informação e capacitação - as ações planejadas também estão sujeitas ao risco orçamentário, principalmente, porque se não forem realizadas por falta de recurso financeiro resultam na protelação, obsolescência da infraestrutura, defasagem tecnológica, baixa qualidade técnica e defasagem profissional. De certo modo, esses são problemas recorrentes que fazem parte da realidade enfrentada pela ABIN, independentemente de se ter ou não avaliação de risco, pois há dependência direta da deliberação governamental para se obter as condições mais favoráveis de gestão institucional.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “s”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Desenvolver e formalizar processo para monitorar a efetividade dos controles internos já instituídos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
APLAM			
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação de desenvolver e formalizar processo para monitorar a efetividade dos controles internos já instituídos não pode ser atendida integralmente.			
Justificativa para o seu não cumprimento			
Reconhece-se a necessidade de monitoramento internos, porém a questão está associada a projeto de mapeamento dos processos internos, que foi parcialmente realizado no planejamento estratégico 2010-2014 em segmentos de atividades nas áreas de gestão de pessoal e administração geral. O assunto será incluído nos trabalhos para realinhar/redefinir o planejamento estratégico do próximo período quinquenal.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “t”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Adotar providências para a implementação de sistema eletrônico que permita o incremento nos controles da área de licitação e contratos, por meio da integração das informações disponíveis, tais como o orçamento, as compras, as contratações e o patrimônio			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Implementado o módulo de licitação e contratos do Sistema Integrado de Planejamento, Administração e Contratos (SIPAC), do projeto Ciclo ABIN, desenvolvido em parceria com a Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN).			
Justificativa para o seu não cumprimento			
A implementação dos módulos depende da finalização das adequações e entrada em funcionamento de alguns módulos do Ciclo ABIN, que possibilitarão maior controle nas áreas de licitações e contratos. O trabalho de tecnologia da informação está sendo desenvolvido junto às frações que utilizarão os módulos.			
A implantação de módulos do Sistema Integrado de Planejamento, Administração e Contratos (SIPAC) apresenta os seguintes resultados: a) Módulo Contratos (implantado e, atualmente, a documentação de contratos está sendo digitalizada e inserida no sistema); b) Módulo Orçamento (implantado e, atualmente, as notas de empenho estão sendo importadas diariamente do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal); c) Módulo Viagens (implantado e, atualmente, funciona para a requisição de viagens e está associado ao controle orçamentário de viagens no Módulo Orçamento e à funcionalidade de prestação de contas da viagem); d) Módulo Almoxarifado (implantado e conta com catálogo de materiais atualizado); e) Módulo Transportes (implantado e, atualmente, estão sendo utilizadas as funcionalidades de deslocamento, abastecimento e manutenção); f) Módulo Patrimônio (em fase de homologação/não foi implantado e, atualmente, está sendo feita a migração de dados do Sistema de Administração de Patrimônio (SISAP) para o ambiente de produção no SIPAC/Após será feita a validação dos dados migrados e o planejamento de treinamento de usuários/A previsão de implantação deste módulo é dez/2015).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada – ABIN (Código SIORG:45104)			
Recomendações do OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “u”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Descrição da Recomendação			
Iniciar tratativas no sentido de aprovar: a) diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional; b) diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto; c) diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa; e d) diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
APLAM, DPDT e DCI			-
Síntese da Providência Adotada			
a) e b) As diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativo de tecnologia da informação, incluindo a gestão de riscos, estão definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da ABIN, aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) em 07 de agosto de 2013, publicado no Boletim de Serviços Especial Sigiloso nº 49, de 05 de novembro de 2013. c) As diretrizes para a gestão da segurança da informação corporativa estão inscritas na Política de Segurança Corporativa (aprovada pela Portaria nº 396/ABIN/GSIPR, de 28 de outubro de 2011, publicada no Boletim de Serviço Reservado nº 53, em 28/10/2011), e no Regulamento de Segurança Corporativa (aprovado pela Portaria nº 397/ABIN/GSIPR, de 31 de outubro de 2011, publicada no Boletim de Serviço Especial Reservado nº 57, de 09 de novembro de 2011); e d) As diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de tecnologia da informação junto às unidades usuárias dependem da publicação do “Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação”, que está em fase de aprovação pela Direção do órgão.			
Justificativa para o seu não Cumprimento:			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor:			
-			

10.3 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 30 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	X	X	X
	Entregaram a DBR	X	X	X
	Não cumpriram a obrigação	X	X	X
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	X	X	X
	Entregaram a DBR	X	X	X
	Não cumpriram a obrigação	X	X	X
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	169	133	577
	Entregaram a DBR	169	133	577
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: DGP/ABIN

10.3.2 Situação do cumprimento das obrigações

O DGP é a unidade responsável por solicitar e controlar a entrega das Declaração de Bens e Rendas (DBR), bem como de custodiá-las. Todos os agentes públicos da ABIN entregaram a declaração ou a autorização de acesso às informações da base de dados da Receita Federal do Brasil (maioria dos casos). O controle é feito por planilha.

As autorizações ou declarações são entregues em papel e permanecem à disposição dos órgãos de controle e fiscalização. A ABIN não realiza qualquer tipo de análise das DBR.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A ABIN não utiliza a sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da UJ. Dessa forma, esse capítulo não contempla o conteúdo “Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas”, relativo ao subitem 12.2 da Portaria TCU nº 90/2014.

Por se tratar de órgão da Administração Pública Federal, vinculado à Presidência da República, igualmente não se aplicam à UJ os conteúdos “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, previstas na Lei nº 4.320/1964 e na NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008”, “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976”, “Composição Acionária das Empresas Estatais” e “Relatório de Auditoria Independente”, correspondentes aos subitens 12.5, 12.6, 12.7 e 12.8 da Portaria TCU nº 90/2014, respectivamente.

11.1 Medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas NBC aplicadas ao setor público

A setorial contábil de Presidência da República analisou mensalmente os registros e avaliações de ativos e passivos, e procurou sistematizar procedimentos internos para atender às novas demandas oriundas das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicadas ao setor público, como os registros de Depreciação, Amortização, Provisões e atualizações dos saldos das contas diversos responsáveis e outros, em respeito às NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Destaca-se que as metodologias adotadas para estimar a vida útil econômica do ativo, para cálculos relativos à depreciação, amortização e exaustão, entre outros, foram as contidas nas orientações da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da macrofunção SIAFI nº 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

11.2 Conformidade contábil

Diante das análises e acompanhamentos periódicos dos demonstrativos, o registro de conformidade contábil das unidades gestoras jurisdicionadas à Presidência da República foi realizado pela Unidade Gestora 110003 – CISET/PR - da Secretaria de Controle Interno.

A conformidade contábil da Presidência da República, no decorrer do exercício de 2014, apresentou uma ressalva, devidamente alertada pela CISET/PR, relacionada à falta de amortização dos ativos intangíveis.

Cabe destacar que a setorial contábil da Presidência da República, no intuito de ressaltar a importância de sanar as pendências e evitar ocorrências nos demonstrativos contábeis de dezembro de 2014, providenciou a Portaria CISET/SG/PR nº 12, de 25 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2014. Nela foram aprovados o calendário e orientações sobre o encerramento contábil das atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos e entidades integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, referente ao exercício de 2014.

Em novembro de 2014, a conta 14.410.00.00 – *Softwares* apresentava saldo de R\$ 5.342.770,18. O órgão ainda não havia iniciado a amortização do ativo intangível. Por orientação da CISET/PR, a partir de dezembro de 2014, a ABIN iniciou a atualização na conta 14.490.00.00 – Amortização Acumulada de Software. Porém, foi utilizado o evento indevido para fazer a Nota de Lançamento, por isso, os valores inseridos alteraram a conta Software, e não a conta Amortização, como deveria ter ocorrido.

Ao ser informada através de Ofício nº0002976-DAdm/DGES/SE/GSI/PR, de 23 de fevereiro de 2015, sobre a restrição contábil feita pela CISET/PR, a ABIN corrigiu o erro e comunicou a regularidade ao GSI/PR, por meio do Ofício nº 130/2015/DAL/SPOA/ABIN/GSI/PR, de 17 de março de 2015. Em decorrência, desde março de 2015 as notas de lançamentos estão sendo feitas corretamente, de acordo com o valor a ser amortizado mensalmente.

11.3 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)	Código da UG		
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA	110120		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem adequadamente e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>1) 643 - FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>  <p>João Bosco Garcia Chefe de Divisão NOM: COA/CBET-BG-PR</p>			
Local	Brasília-DF.,	Data	13-07-2015
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
 SECRETARIA-GERAL
 SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
 COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO
 DIVISÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 110120 - AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA
 Gestão: 00001
 Mês/Ano: Dezembro/2014

R E S T R I Ç Ã O C O N T Á B I L

**1) 643 - RESSALVA - FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL
 AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL**

Descrição: CONCILIAÇÃO. A FALTA DOS REGISTROS DE AMORTIZACAO DE ATIVOS INTANGÍVEIS OU SUA EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL IMPOSSIBILITA O ADEQUADO CONHECIMENTO DA REALIDADE CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO, COM REFLEXOS NEGATIVOS SOBRE O RESULTADO DO PERÍODO, ALEM DE CONDUZIR A INOBSEVANCIA DE PROCEDIMENTOS DE CONTEUDO FISCAL E LEGAL.

Fato Gerador: Falta de registro da amortização relacionada aos registros na conta 144100000 - software.

Em 13/07/2016

JOÃO BOSCO GARCIA
 CONTADOR RESPONSÁVEL

CONCLUSÃO

O presente relatório foi elaborado com o objetivo de prestar contas aos órgãos de controle e à sociedade sobre diferentes aspectos da gestão da ABIN durante o exercício de 2014, incluindo a administração de recursos públicos, em conformidade com o previsto no parágrafo único, do artigo 70 da Constituição Federal.

Em razão das peculiaridades da atividade de Inteligência de Estado, não foram disponibilizadas informações legalmente protegidas por sigilo, com amparo na Lei nº 9.883/2008, que instituiu o SISBIN e criou a ABIN.

Ressalta-se que as limitações impostas pelo sigilo de determinados dados e informações não inviabilizaram a contextualização dos resultados alcançados na gestão do órgão. Nesse aspecto, cabe registrar que 2014 foi um ano produtivo para a ABIN, especialmente pelo protagonismo exercido na coordenação das atividades de Inteligência em apoio às ações de segurança e defesa da Copa do Mundo FIFA 2014.

A atuação da Agência durante o evento esportivo envolveu diferentes tipos de ações, com destaque para a estruturação de centros de Inteligência em cidades que abrigaram jogos; capacitação em Inteligência de servidores próprios e lotados em órgãos que integram o SISBIN; pesquisas para credenciamento e acesso de pessoas aos locais do evento; elaboração de avaliações de risco de áreas e instalações; e execução de atividades preventivas para evitar a ocorrência de atos terroristas ou com características similares.

Enfatiza-se igualmente o acompanhamento, em todas as unidades da Federação, de cerca de 700 cenários de segurança institucional; a participação em operações interagências, especialmente nas áreas de segurança pública e de defesa ambiental; a implementação de programas e atividades voltados à proteção de conhecimentos sensíveis relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade; e o desenvolvimento de soluções tecnológicas focadas na segurança das informações e comunicações estatais.

No que tange a execução orçamentária, os gastos relacionados às despesas de custeio inicialmente tinham dotação de R\$ 45,8 milhões e R\$ 3,5 milhões para investimento. Houve contingenciamento no valor de R\$ 888.000,00. Do total autorizado, executou-se 97% de custeio e 100% de investimento.

Saliente-se que houve, ao final do exercício, uma sobra de custeio no valor de R\$ 1,1 milhão (correspondente a 3% do total), em virtude da não-execução contratual de despesas inicialmente programadas, mas que em 2015 ocorrerão normalmente.

Ainda em custeio, além das despesas executadas pela atividade finalística do órgão, com suprimentos de fundos sigilosos, diárias e passagens, destaca-se que ocorreram as despesas relativas à manutenção da instituição, tais como gastos com reformas, limpeza, vigilância, aluguéis, condomínios, energia, água e esgoto, material de consumo e serviços de telecomunicações. Foram realizados também gastos significativos com ajuda de custo e transporte de mobiliário, referentes a servidores removidos “de ofício” e pagamento de auxílio-moradia.

O conteúdo desse relatório igualmente refletiu a necessidade de a ABIN aprimorar os mecanismos de governança, especialmente quanto ao redimensionamento do planejamento estratégico; mapeamento dos produtos e processos de gestão; consolidação de mecanismos de controle interno; e, elaboração de indicadores que permitam aferir a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão institucional, consoante as orientações dos órgãos de controle e fiscalização.

Para finalizar, entende-se que a melhoria da gestão da ABIN depende significativamente da capacidade organizacional. Nesse sentido, repor o efetivo de pessoal e aumentar o orçamento anual serão variáveis importantes para manter e ampliar a atuação do órgão e mitigar riscos nos próximos exercícios, possibilitando a plena e eficaz implementação de projetos e ações estratégicas.